



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE NOVA FRIBURGO - 2025

INTRODUÇÃO:

Este documento tem como objetivo apresentar o relatório e as deliberações da Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Nova Friburgo às autoridades municipais, aos governos estadual e federal, aos movimentos sociais, à sociedade civil e aos demais setores interessados. A construção de políticas públicas eficazes e comprometidas com a promoção da igualdade de gênero é essencial para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e democrática. Neste sentido, o texto busca oferecer subsídios teóricos e conceituais que contribuam para a análise crítica e o aprimoramento das ações e políticas voltadas às mulheres no âmbito municipal.

Políticas públicas podem ser definidas como diretrizes e princípios norteadores da ação do poder público, que se materializam em regras, procedimentos e ações entre o Estado e a sociedade. Representam, portanto, uma forma de interação e diálogo entre esses atores, transformando diretrizes em ações que (re)constroem a realidade social. Historicamente, a formulação e aplicação dessas políticas eram dominadas por grupos sociais hegemônicos, excluindo vozes e experiências de segmentos marginalizados, como as mulheres [1].

Neste sentido, torna-se crucial compreender a distinção entre “Políticas Públicas” e “Políticas Governamentais”. Para que uma política seja considerada “pública”, é necessário que seus resultados e benefícios se destinem à coletividade e que seu processo de elaboração seja submetido ao debate público. Caso contrário, mesmo sendo estatais, podem não ser verdadeiramente públicas [1].

Como forma de contextualização é importante lembrar que o surgimento e fortalecimento do movimento feminista no Brasil, a partir dos anos 1970, foram

cruciais para a inserção da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais. O conceito de gênero, nesse contexto, enfatiza as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre os sexos, evidenciando as desigualdades e hierarquias de poder existentes entre homens e mulheres. Portanto, é fundamental reconhecer que, além das desigualdades de gênero, outras dimensões como raça/etnia, classe, geração, entre outras, também contribuem para a vulnerabilidade e exclusão de mulheres em diversas esferas da vida pública [1].

Em síntese, políticas públicas com recorte de gênero são aquelas que reconhecem as desigualdades entre homens e mulheres e, a partir desse entendimento, implementam ações específicas voltadas às mulheres. No entanto, é fundamental destacar que nem toda política voltada ao público feminino adota, de fato, uma perspectiva de gênero. Iniciativas que apenas reforçam papéis tradicionais — como o de cuidadora — sem oferecer alternativas ou suporte efetivo, não contribuem para a transformação das relações de gênero e, portanto, não promovem a verdadeira igualdade. Nesse sentido, o objetivo central das políticas de gênero é enfrentar as desigualdades estruturais, promovendo a autonomia, a emancipação das mulheres e a redistribuição de poder e recursos na sociedade[1].

No âmbito federal, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) orienta a atuação dos organismos governamentais, desdobrando-se em ações nos níveis estaduais e municipais. A mobilização das próprias mulheres, por meio de suas organizações e conferências (como a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres em Nova Friburgo), é um motor essencial para a impulsão de demandas e a construção de políticas públicas de igualdade [1].

Referências:

[1] BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Políticas Públicas para as Mulheres: conceitos e desafios. Brasília, DF: SPM, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres. Acesso em: 29 jul. 2025.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Relatório da Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Nova Friburgo:

“Mais democracia, Mais igualdade, Mais conquistas para todas”

No dia 19 de julho de 2025, realizou-se a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Nova Friburgo, subordinada ao tema “Mais democracia, Mais igualdade, Mais conquistas para todas”. O evento ocorreu das 8h às 17h nas instalações da Universidade Federal Fluminense, Campus Nova Friburgo reunindo 85 participantes credenciados de diferentes setores da sociedade.

O objetivo central do encontro foi fomentar o debate público acerca das políticas voltadas para as mulheres nos âmbitos municipal, estadual e federal. A conferência visou, primordialmente, a elaboração coletiva de propostas a serem submetidas ao governo municipal, bem como a preparação para as etapas subsequentes da conferência em níveis estadual e nacional.

A programação do evento foi estruturada da seguinte forma:

- ❖ Sessão de abertura institucional: Composta por autoridades e representantes.
- ❖ Mesa de Debate: Intitulada “Políticas para Mulheres em Nova Friburgo: democracia, igualdade e direitos para todas”.
- ❖ Grupos de trabalhos temáticos: Organizados em cinco eixos de discussão:
 - Eixo 1: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres.
 - Eixo 2: Educação Inclusiva, igualitária e democrática.
 - Eixo 3: Saúde integral das mulheres e garantia dos direitos.
 - Eixo 4: Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

- Eixo 5: Respeito à diversidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação (Racismo, Capacitismo, Violências de Gênero, Classe e outras).
- ❖ Plenária Final: Destinada à apreciação, deliberação e aprovação das propostas consolidadas, seguida pela eleição das delegadas representantes do município de Nova Friburgo na etapa estadual.

Apresenta-se, a seguir, a relatoria final desta conferência, que detalha os principais apontamentos, propostas e encaminhamentos aprovados durante o evento. Os documentos de referência, elaborados para e durante a conferência e validados pela plenária, encontram-se em anexo.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

RELATORIA:

Mesa de abertura institucional

Às 09h15, a Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Viviane Heringer Tavares, deu boas-vindas a todas as mulheres presentes na Conferência. Viviane expressou a expectativa de que a Conferência seja um espaço de fala para as mulheres da cidade, de modo que possam encaminhar suas demandas aos governos municipal e estadual.

Em seguida, chamou para a composição da mesa o Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Yuri Guimarães Bezerra, a vereadora Maiara Felício, Presidenta da Comissão de Mulheres da Câmara e a Secretária da Mulher de Nova Friburgo, Vanderleia “Abrace Essa Ideia” Pereira Lima

Viviane pediu que todas (os) presentes na plenária se levantassem para cantar o hino nacional e o hino do município.

Abrindo a primeira fala com o Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Yuri Guimarães Bezerra, o mesmo cumprimentou a todas e todos, ressaltando também a importância de ver homens engajados na política social. O Secretário disse que espera uma manhã de diálogos, de propostas e de avanços na política para a mulher. Afirmou que a nova Secretaria Municipal da Mulher demonstra a percepção dos gestores em ter uma pauta voltada exclusivamente para as mulheres.

A vereadora Maiara Felício, Presidenta da Comissão de Mulheres da Câmara, deu bom dia a todas e todos. Parabenizou Viviane Heringer e todas as mulheres que trabalham no CMDM, porque Viviane assumiu a responsabilidade do Conselho e tocou o trabalho, junto às mais velhas. A vereadora Maiara solicitou uma salva de palmas ao Conselho. Em seguida, fez uma fala ao Executivo, afirmando que espera que o dia de hoje seja de uma escuta muito apurada por parte do Poder Público e que nesse público da Conferência há mulheres muito capacitadas para discutir e



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

pensar em políticas públicas para as mulheres de Nova Friburgo. Maiara reiterou que precisamos de políticas públicas que não olhem para os corpos das mulheres como inferiores. E que a Secretaria da Mulher tem a responsabilidade de trabalhar junto a todas as Secretarias, de Educação, Assistência Social, Transporte, dentre outras. A vereadora Maiara salientou que o quantitativo de mulheres ocupando espaços de poder, de decisão, em Nova Friburgo é diminuto. Lembrou, ainda, que a Secretaria da Mulher não tem orçamento próprio e que está na Presidência da Comissão de Direitos das Mulheres na Câmara, mediante ação judicial. Ou seja, houve e há uma luta para ocupar espaços, em várias esferas. Por fim, a vereadora indicou o respeito à autonomia das mulheres e a necessidade de evitar a (re)vitimização das mulheres nos espaços públicos.

A Secretária da Mulher de Nova Friburgo, Vanderleia “Abrace essa Ideia” Pereira Lima deu bom dia a todas e todos. Cumprimentou a vereadora Maiara e a Presidenta Viviane Heringer, além do Secretário de Desenvolvimento Social, Yuri Bezerra. Parabenizou ainda a Comissão Organizadora e a Secretaria da Mulher, pela organização da Conferência. Agradeceu a Deus a oportunidade de estarem todos naquele dia e naquela manhã, às Conselheiras e convidadas. Por fim, agradeceu ao Prefeito Johnny Maycon, que criou a Secretaria da Mulher de Nova Friburgo e se compromete com a igualdade de Gênero em Nova Friburgo. A Secretária afirmou que são o controle social e a escuta, que nos possibilitam garantir a democracia. Afirmou, ainda, que a Conferência é o espaço mais amplo e participativo e que levou a proposta ao Prefeito de criação da Casa da Mulher friburguense, que reunirá diversos serviços a mulheres. Tal proposta, segundo Vanderleia, foi abraçada pelo Prefeito. A Secretária afirmou o desejo que a Conferência seja espaço de diálogo e propostas, para construção conjunta.

Por fim, a Presidenta Viviane Heringer fez uma síntese do documento norteador da 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Viviane relatou que as Conferências para Mulheres são espaços de construção coletiva, passando por municípios, estados e nacional. Tivemos Conferências de 2004 a 2016, para elaboração de diagnósticos e definição de ações prioritárias para mulheres, além de



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

fortalecer o diálogo entre sociedade civil e poder público. Lembrou, ainda, que o CNDM foi fundamental no período de elaboração da Constituição Federal de 1988, quando 80% das propostas do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres foram incorporadas ao texto constituinte. Viviane lembrou marcos importantes como a criação da Secretaria das Mulheres, em 2003; o Protocolo de Atendimento às mulheres vítimas de violência, em 2013; a Lei Maria da Penha, em 2006; a Lei do Feminicídio, em 2015; além de programas sociais importantes, como os Programas Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família. A Presidenta Viviane Heringer ressaltou os retrocessos que ocorreram no período de 2016 a 2022, com o desinvestimento nas políticas públicas, associado ainda à pandemia da COVID 19. Por fim, Viviane colocou o que o documento aponta como perspectivas para o futuro: necessidade de reconstrução democrática, transversalidade de gênero, igualdade de gênero, participação social, agenda de Conferências, autonomia plena das mulheres e compromisso com a igualdade. Isto é, é importante entender os avanços, os retrocessos e os desafios, para ir adiante, especialmente em relação aos direitos das mulheres.

Em seguida, Viviane registrou a solicitação do Movimento Tecle Mulher, onde as militantes apontaram a problemática da numeração da Conferência, que considerando 1ª conferência tende a desconsiderar movimentos prévios que ocorreram na cidade em períodos anteriores, movimentos esses preparatórios para as conferências nacionais passadas. Como essa solicitação chegou depois que o decreto de convocação já tinha sido feito, assim como os processos de licitação, não houve tempo hábil para abrir para este debate de forma mais aprofundada, mas que neste momento é necessário deixar registrada no relatório final desta conferência esse apontamento e destaque das companheiras. As Militantes do Movimento Tecle Mulher presentes solicitaram a leitura do Ofício enviado à Secretaria da Mulher, com cópia ao Conselho da Mulher, sobre a história de participação das Mulheres de Nova Friburgo nas conferências que antecederam e propuseram que entre na ata que a 1ª Conferência é a na verdade a 5ª Conferência, visto que as mulheres de Nova Friburgo participaram das Conferências Nacionais,



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

representando Nova Friburgo. Foi aprovado por unanimidade que o ofício do Tecle Mulher entre em anexo a esta relatoria. Em seguida, Viviane fez a leitura do regimento interno e surgiram as seguintes propostas de Emendas aditivas: No CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS E TEMÁRIO, no Art. 2º - A 1ª CMPM terá os seguintes objetivos específicos: XI - Incluir políticas públicas para as mulheres negras; No CAPÍTULO VI - DA PARTICIPAÇÃO, no Art. 22º - § 1º- Cada candidata terá 2 minutos de defesa de seu nome; No CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS FINANCEIROS - PARÁGRAFO ÚNICO: As delegadas eleitas para a etapa estadual e nacional terão suas despesas (translado, diária, passagem e hospedagem) custeadas pelo executivo municipal; CAPÍTULO VIII - DOS ENCAMINHAMENTOS - PARÁGRAFO ÚNICO: O relatório geral da Conferência Municipal deverá ser publicizado no site da Prefeitura e no site da Secretaria da Mulher, assim como deverá ser enviado ao e-mail das delegadas inscritas. Todas as propostas aditivas foram aprovadas por unanimidade da plenária e incluídas no Regimento Interno. Em seguida, houve homenagens a mulheres que participaram das lutas pelos direitos das mulheres em Nova Friburgo. Foram homenageadas: Alejandra Ana Rotaina, fundadora do Ser Mulher, por Laura Mury (Tecle Mulher); Leni Reis, fundadora da Associação de Moradores de Campo do Coelho e Ser Mulher, por Rita Ramalho (Tecle Mulher); homenagem a Margot Santos Costa, fundadora do SEPE de Nova Friburgo e parte dos Conselhos de Educação, Saúde e dos Direitos da Mulher, por Marília Formiga (8M e Coletivo Ana Montenegro). Foi informado a todas (os) que o Plebiscito Popular está com urna aberta para a votação, no temário do debate da “escala 6 x 1” e da “taxação dos super ricos”.

Mesa de Debate: “Políticas para Mulheres em Nova Friburgo: democracia, igualdade e direitos para todas”

Ao término das homenagens, as docentes Érika Guimarães Ferreira, Maria Cristina Paulo Rodrigues e Tatiana Dahmer Pereira foram convidadas para compor a mesa “Políticas Públicas para as Mulheres em Nova Friburgo: democracia, igualdade e direitos para todas”. A primeira palestrante, Profª. Tatiana, apresentou uma síntese



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

histórica das origens da misoginia, desde a Idade Média, problematizando a construção de uma visão de mundo que considera somente determinado ser como ser humano, excluindo, por exemplo, as mulheres e pessoas negras. Em seguida, a Prof^a Maria Cristina analisou a relação entre aspectos trazidos pela profa. Tatiana – de misoginia e profundas desigualdades de Gênero – com as relações de trabalho. A docente analisou as desigualdades presentes tanto no âmbito do trabalho produtivo quanto no reprodutivo, devido à divisão social e sexual de trabalho na sociedade capitalista. A docente apresentou dados sobre as desigualdades profundas no mercado de trabalho, de Gênero e Raça e, finalizou, problematizando como as mulheres, frente à sobrecarga de trabalho, têm muitas dificuldades, inclusive, de participação política. Em seguida, a Prof^a Érika Guimarães problematizou o termo Políticas Públicas para Mulheres e que essas não se restringem às violências de gênero. Ou seja, precisamos pensar em políticas públicas para que as mulheres vivam com qualidade. A docente analisa que as mulheres são violentadas todos os dias, com relação à sociedade, e à negação de direitos às mulheres, como direito a ir e vir, à segurança de forma geral, às dificuldades de marcar uma mamografia, dentre outras. Ou seja, a docente pergunta quem são as mulheres violentadas em Nova Friburgo. A docente, então, apresentou dados relativos ao perfil das mulheres violentadas na cidade de Nova Friburgo, seguido de problematização.

Plenária Final - aprovação das propostas e eleição delegadas

A plenária final teve início às 15 horas e 51 minutos, conduzida pela presidente Viviane Heringer Tavares, que explicou a dinâmica de apresentação das propostas, divididas em duas categorias: propostas gerais, que seriam encaminhadas ao Poder Executivo Municipal, e a proposta que seria votada para compor o documento da etapa estadual da Conferência.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Eixo 1 - Mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres.

Durante a apresentação do Eixo 1, foram identificados graves desafios estruturais que impactam diretamente a inserção, a permanência e a valorização das mulheres no mundo do trabalho, com ênfase na interseção entre gênero, raça e classe. Um dos pontos centrais do debate foi a precarização do trabalho feminino, especialmente nas esferas públicas e comunitárias. Entre os principais problemas apontados esteve a **precarização do trabalho feminino**, marcada por baixa remuneração, com predominância do salário mínimo como base de pagamento para trabalhadores e trabalhadoras da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Também foi destacada a existência de dois regimes trabalhistas distintos no serviço público municipal, que resultam em disparidades salariais, de direitos e de estabilidade entre profissionais que exerciam funções semelhantes. Tal situação impacta com mais força as mulheres negras, jovens e periféricas, que ocupam os postos mais precarizados da administração pública municipal. Outro aspecto levantado foi a **dificuldade de conciliação entre trabalho e vida pessoal**. Ficou evidenciado que há ausência de políticas públicas e institucionais voltadas à conciliação entre trabalho, maternidade e cuidado, comprometendo a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, foi registrada a deficiência de equipamentos como creches em tempo integral e a falta de apoio para mães solo, realidade comum entre trabalhadoras de baixa renda. Também foram relatadas **discriminação e barreiras de acesso** enfrentadas pelas mulheres. Destacou-se a discriminação de gênero e raça nos processos de seleção, promoção e ascensão profissional, tanto no setor público quanto no privado, além da invisibilização das especificidades vividas por mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência. No campo das relações laborais, surgiram ainda denúncias de **assédio moral e sexual no ambiente de trabalho**. Foram relatadas situações recorrentes sem que houvesse canais institucionalizados de escuta, denúncia e responsabilização no serviço público. A ausência de políticas de prevenção e de formação continuada nos espaços de trabalho também foi destacada como um grave problema. O documento

apresentado pelo Eixo 1, foi aprovado por unanimidade. A proposta apresentada para encaminhamento à Conferência estadual foi: **Ampliar a rede de apoio institucional com a criação de centros de convivência e cuidados para a pessoa idosa, PCD e a oferta de Educação em Tempo Integral, com funcionamento mínimo de 12 (doze) horas, atendendo às necessidades das mulheres trabalhadoras [carga horária compatível com a jornada de trabalho] - Aprovado por unanimidade**

Eixo 2 - Educação inclusiva, igualitária e democrática.

O eixo 2 definiu como prioridade a garantia da educação em tempo integral para crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, com jornada superior às 7 horas mínimas previstas em lei, como forma de atender às necessidades das mulheres no mercado de trabalho, reconhecendo a escola como principal rede de apoio. Foram também destacados o fortalecimento de políticas intersetoriais de acolhimento às famílias, especialmente às mães de crianças da Educação Especial em situações de risco, e a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos meios rural e urbano, em horários adequados à realidade das mulheres. Além disso, propôs-se a inclusão da educação relacional e emocional na Educação Básica, visando à prevenção e identificação de violências domésticas, bem como ações voltadas à saúde mental dos profissionais da educação, por meio de políticas públicas, acompanhamento e capacitações. Por fim, estabeleceu-se a criação de centros de apoio para o atendimento de estudantes com deficiência, assegurando uma rede de suporte mais inclusiva e estruturada. Como encaminhamento de proposta principal para governo estadual foi definido: **Garantir a Educação Básica em tempo integral, com 12 (doze) horas de funcionamento, atendendo às necessidades das mulheres trabalhadoras, prioritariamente para crianças na Educação Infantil e Fundamental I.**

Eixo 3 - Saúde Integral das Mulheres e Garantia dos Direitos.

Na sequência, foi apresentada a relatoria do Eixo 3, que trouxe como primeira proposta a **redução da mortalidade materna e infantil com recorte étnico-racial**, cujo resultado esperado era a redução drástica desses índices, com prioridade à vida das mulheres negras e de seus recém-nascidos, visto que são essas mulheres - negras - que mais têm sofrido mortes decorrentes de complicações no período de gestação e parto. Como estratégias, foi proposto o fortalecimento do pré-natal de qualidade com acompanhamento multiprofissional, a ampliação do acesso e cobertura das Estratégias de Saúde da Família, a garantia de partos seguros com equipes treinadas e estruturas adequadas, bem como a implementação de protocolos com recorte étnico-racial para identificação de riscos. Entre as ações detalhadas, destacou-se a criação de núcleos de cuidado materno-infantil prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social e étnico-racial, a garantia de transporte e regulação rápida para gestantes de alto risco, a promoção de campanhas contínuas de educação em saúde para gestantes e puérperas, com foco em direitos e autocuidado, e o monitoramento dos indicadores com dados desagregados por raça/cor, sexo e território. O prazo indicado para essa proposta foi imediato e contínuo, como ação permanente. A segunda proposta do eixo tratou do **combate ao câncer de mama e de colo do útero com equidade racial**, com o objetivo de aumentar o diagnóstico precoce e reduzir a mortalidade, especialmente entre mulheres negras e periféricas da cidade de Nova Friburgo. Entre as estratégias apresentadas foram indicadas a universalização do acesso à mamografia e ao exame preventivo do colo do útero durante todo o ano, a aceleração do encaminhamento e atendimento das mulheres com exames positivos e a eliminação de barreiras administrativas e logísticas que retardam biópsias e o início de tratamentos. As ações detalhadas incluíram a implantação de uma Sala de Acolhimento Oncológico no município, com equipe capacitada para orientar, acolher e garantir os fluxos necessários; a garantia de agilidade na realização de biópsias e exames histoquímicos, com prioridade para casos com suspeita clínica; a ampliação da oferta de exames nos territórios com menor cobertura, com mutirões regulares, mas contínuos e não restritos ao mês do "Outubro Rosa"; e o estabelecimento de

fluxo prioritário para mulheres negras na rede de oncologia, com base nas desigualdades historicamente reconhecidas. O prazo estipulado foi de curtíssimo prazo — até 90 dias — para implantação da Sala de Acolhimento e início do fluxo prioritário, com continuidade permanente das ações. A terceira proposta reforçou a **responsabilidade da gestão pública municipal** na implementação das ações apresentadas, apontando a Secretaria Municipal de Saúde como responsável direta, devendo garantir os recursos, a estrutura e a coordenação das ações. Foi ressaltada a importância do monitoramento social, por meio dos Conselhos de Saúde e o dos Direitos da Mulher e da participação ativa da sociedade civil. A proposta apresentada para encaminhamento à Conferência estadual foi: **Implantar e/ou implementar políticas públicas com previsão de um programa de acompanhamento, avaliação, diagnóstico e atendimento, além da criação de sala de referência que priorize a saúde da mulher, em especial no que diz respeito às doenças oncológicas como referência e encaminhamento dos casos positivos conforme prazo estabelecido na legislação nacional vigente.**

Eixo 4 - Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

Na sequência, foi apresentada a relatoria do Eixo 4. Inicialmente, tratou-se da necessidade de fortalecer a governança municipal com diretrizes de longo prazo para as políticas públicas voltadas às mulheres. A estratégia principal consistiu na elaboração e implementação de um **plano quinquenal de políticas públicas para mulheres**, com participação social e com base em evidências/dados sobre a situação das mulheres no município. Como ações prioritárias, foram propostas a criação do referido Plano e o estabelecimento de uma instância de monitoramento e avaliação periódica, com participação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Destacou-se ainda a necessidade de se ter **dados, informações e monitoramento**, com o objetivo de coleta de dados confiáveis para formulação de políticas e tomada de decisão baseada em evidências. A estratégia definida foi a implantação de um sistema de integração de dados entre os setores municipais envolvidos no atendimento às mulheres. Como ação prioritária, destacou-se a



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

criação do **Sistema Municipal de Dados Integrados sobre Violência contra Mulheres**, com consolidação de dados com recortes étnico-racial, territorial e etário, integrando as áreas de Saúde, Segurança, Assistência Social e Justiça. Além desse destaque, apontou-se a necessidade da conscientização social e institucional sobre direitos das mulheres e enfrentamento à violência de gênero. Entre as estratégias, apresenta-se a capacitação intersetorial contínua e a inserção dos direitos das mulheres na educação formal. Como ações prioritárias, foram propostas: capacitação das forças de segurança, profissionais da educação básica e servidores da rede de proteção, em parceria com universidades e organizações da sociedade civil; criação de um projeto de lei municipal para inserção de conteúdos sobre direitos humanos e violência de gênero no currículo escolar, com avaliação pelo Conselho Municipal de Educação; e a realização de campanhas permanentes de conscientização em espaços públicos como ônibus, escolas e praças. O eixo 4 também falou sobre a **responsabilização e reeducação de agressores(as)**, tendo como objetivo a redução da reincidência de casos de violência por meio de ações de responsabilização e reeducação. A estratégia proposta foi a implementação de programas articulados com o sistema de Justiça. Como ações prioritárias, sugeriu-se a criação de programas obrigatórios de reeducação para homens agressores, em articulação com o Judiciário local, e a inserção de metodologias restaurativas e de enfrentamento ao machismo estrutural nos conteúdos programáticos. Na área de **trabalho, renda e autonomia econômica**, o objetivo foi promover a autonomia financeira das mulheres como fator de prevenção à violência e à dependência econômica. Como estratégia, indicou-se o fomento à qualificação profissional, ao empreendedorismo e à empregabilidade de mulheres em situação de violência. As ações prioritárias incluíram a criação de programas de capacitação, empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho; a priorização da contratação de mulheres em situação de violência por meio da Casa do Trabalhador; e a garantia de educação básica em tempo integral, com horário ampliado das 6h30 às 18h00, favorecendo o acesso ao estudo e ao trabalho. Por fim, no que se refere aos **serviços públicos e equipamentos de acolhimento**, o objetivo foi a melhoria



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

no acesso e na qualidade dos serviços públicos destinados às mulheres em situação de violência. As estratégias incluíram a ampliação da capilaridade da rede de atendimento e a criação de novos equipamentos de proteção e acolhimento. As ações priorizadas foram: criação de Unidade Móvel de Atendimento Itinerante (ônibus adaptado) para atuar nos distritos e regiões periféricas; realização de mutirões com equipes multidisciplinares; estabelecimento de Protocolo Municipal de Atendimento Integrado entre Saúde, Segurança, Assistência Social e Justiça; implementação da Patrulha Maria da Penha Municipal; desenvolvimento de aplicativo com botão de pânico para acionamento da Patrulha; criação de Casa de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência com funcionamento 24 horas, abrigamento provisório e articulação com o CREM, Secretaria da Mulher, Conselho dos Direitos da Mulher e Guarda Municipal; além da **triplicação da equipe técnica do CREM** e a garantia de seu funcionamento ininterrupto (24 horas, todos os dias da semana). A proposta apresentada para encaminhamento à Conferência estadual foi: **criação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres - com recorte étnico-racial, de classe, geracional e de gênero.**

Eixo 5 - Respeito à diversidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação (Racismo, Capacitismo, Violências de Gênero, Classe e outras).

As reladoras do eixo 5 apresentaram as seguintes propostas e encaminhamentos: 1. Subnotificação e Ausência de Dados Qualificados sobre Violência - Problema: carência de dados detalhados sobre os registros de violência, o que impede uma análise clínica e a implementação de um atendimento personalizado e humanizado. A falta de dados segmentados por marcadores sociais como raça, gênero e classe resulta na exclusão de grupos vulneráveis. Objetivo: Desenvolver um sistema de atendimento mais preciso e humanizado, considerando a interseccionalidade das vítimas, e priorizar o atendimento realizado por mulheres para mulheres. **Proposta: Instituir uma Secretaria Municipal de Combate ao Racismo.** 2. Violência Laboral e Barreiras de Acesso e Permanência no Mercado de Trabalho - Problema:

discriminação sistêmica nos ambientes de trabalho e educacionais dificulta o acesso, a permanência e a autonomia financeira de pessoas negras, mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+. Objetivo: Combater a discriminação no ambiente de trabalho e garantir o acesso e a manutenção de postos de trabalho para os grupos mencionados. **Proposta: Exigir, por meio de regulamentação municipal, que empresas públicas e privadas com mais de 10 (dez) funcionários implementem um plano formal de combate a todas as formas de violência no ambiente de trabalho. Tal plano deverá incluir consultorias especializadas e/ou programas de formação contínua sobre letramento racial e de gênero.**

3. Discriminação no Ambiente Escolar - Problema: ocorrência de práticas discriminatórias nas redes de ensino público e particular. Objetivo: Fomentar um ambiente de respeito, segurança e confiança para discentes e docentes. **Proposta: Implementar grupos de pesquisa e espaços de acolhimento permanentes dentro das instituições de ensino promovendo rodas de conversa regulares, mediadas por especialistas, envolvendo alunos e a comunidade escolar para debater e educar sobre o tema.**

4. Violência de Gênero Interseccional: LGBTfobia, Racismo e Intolerância Religiosa - Problema: A violência de gênero é agravada por múltiplas formas de discriminação, como LGBTfobia, racismo e intolerância religiosa, dificultando o acesso a direitos básicos. Objetivo: Assegurar o acesso universal aos direitos sociais e às políticas públicas, a fim de proporcionar qualidade de vida a todas as mulheres, independentemente de seu contexto social ou pessoal. **Proposta: Reduzir em 95% as subnotificações de ocorrências de violências contra mulheres e ampliar em 95% a aplicação de ações eficazes de combate ao feminicídio e à violência de gênero no município** por meio de incentivo, no âmbito da Educação e da Assistência Social, ações de informação e conscientização sobre as diversas manifestações de discriminação, criação de espaços de acolhimento e orientação jurídica e psicológica para o combate às violências; fortalecimento dos conselhos deliberativos da sociedade civil para o acompanhamento e fiscalização das políticas públicas para mulheres.

5. Necessidade de um Plano Municipal de Direitos das Mulheres Baseado em Evidências - Problema: A ausência de um sistema integrado



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

de coleta e análise de dados impede a formulação de políticas públicas eficazes. Objetivo: Diagnosticar e monitorar a realidade local em relação à diversidade de gênero e às diversas formas de discriminação por meio da coleta, análise e sistematização de dados. **Proposta: Criar e operacionalizar um Observatório Municipal de Violência de Gênero e Discriminação. Este observatório deverá integrar dados da DEAM, Delegacia de Polícia Civil, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e outros órgãos relevantes, incluindo informações sobre racismo, capacitismo e desigualdade social.** Estratégia: Realizar levantamentos periódicos para a análise qualitativa e quantitativa dos dados, visando identificar padrões, tendências e áreas de maior vulnerabilidade para subsidiar a tomada de decisão. 6. Descentralização e Financiamento de Políticas Públicas Interseccionais - Problema: A falta de políticas públicas específicas e de orçamento dedicado para atender às demandas das mulheres em sua diversidade. Objetivo: Promover o letramento dos profissionais da rede pública para um atendimento qualificado e garantir a inserção e permanência de mulheres diversas em espaços de trabalho e em serviços públicos e privados, como ambulatorios e casas-abrigo. **Proposta: Implementar um programa de palestras e formação contínua para os profissionais da rede. Oferecer cursos profissionalizantes para mulheres em situação de vulnerabilidade. Incentivar a criação de cooperativas como alternativa econômica para mulheres com dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal.** Estratégia: Assegurar previsão orçamentária própria para políticas públicas específicas para mulheres na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo rubricas específicas nas diversas Secretarias, com vedação à realocação de verbas. A proposta apresentada para encaminhamento à Conferência estadual foi: **Obrigatoriedade de que todos os municípios do estado elaborem e implementem os Planos Municipais dos Direitos da Mulher.**

Ao final dos debates nos grupos de trabalho, a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Nova Friburgo consolidou cinco propostas centrais, uma para



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

cada eixo temático. Contudo, conforme o regulamento que permitia o encaminhamento de apenas três propostas para a etapa estadual, a plenária foi convocada a deliberar sobre quais seriam priorizadas. Em um processo de construção de consenso, as participantes decidiram pela fusão de propostas com temas correlatos. Desta forma, as pautas dos Eixos 1 e 2 foram unificadas em uma única proposta, e o mesmo ocorreu com as pautas dos Eixos 4 e 5. A proposta do Eixo 3 foi mantida integralmente. Essa articulação resultou nas três propostas finais que foram votadas, aprovadas e que constituem as diretrizes a serem defendidas pela delegação de Nova Friburgo na Conferência Estadual, a saber: **1. Ampliar a rede de apoio institucional às mulheres trabalhadoras por meio da criação de centros de convivência e cuidados para a pessoa idosa e para pessoas com deficiência (PCD), assim como garantir a oferta de Educação Básica em tempo integral, com funcionamento de 12 (doze) horas diárias, compatível com a jornada de trabalho, priorizando o atendimento de crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. 2. Implantar e/ou implementar políticas públicas com previsão de um programa de acompanhamento, avaliação, diagnóstico e atendimento, além da criação de sala de referência que priorize a saúde da mulher, em especial, no que diz respeito às doenças oncológicas como referência e encaminhamento dos casos positivos conforme prazo estabelecido na legislação nacional vigente. 3. Elaborar e implementar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, com recortes étnico-racial, de classe, geracional e de gênero, garantindo sua institucionalização e efetividade. Tornar obrigatória, em todos os municípios do estado, a elaboração e implementação dos respectivos Planos Municipais dos Direitos da Mulher, alinhados às diretrizes do Plano Estadual.**

Durante a plenária, foi apresentada uma carta do movimento social lido por Marília Formiga, correspondendo à carta da sociedade civil para ser encaminhada à Câmara Municipal e inserida na discussão da pauta do Projeto de Lei que institui o Comitê Municipal de Prevenção do Óbito Materno, Infantil e Fetal. Durante a



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, foi levado ao conhecimento da plenária a tramitação de um Projeto de Lei que institui o Comitê Municipal de Prevenção do Óbito Materno, Infantil e Fetal. A principal problemática identificada reside na redação do Artigo 5º do referido projeto, que prevê a criação do comitê sem a devida participação da sociedade civil. Em resposta, a plenária deliberou e aprovou uma carta que solicita a reformulação deste artigo. O texto da carta reivindica a inclusão de representantes da sociedade civil e do controle social no comitê, em conformidade com a legislação vigente, a fim de assegurar uma composição plural e democrática. Para tanto, foi solicitada a inclusão de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Saúde, de um movimento social de mulheres, do Ministério Público, do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), de uma entidade médica, da maternidade local e da Secretaria Municipal de Saúde. A justificativa para tal reivindicação baseia-se no princípio de que uma composição plural é indispensável à democracia, à transparência e ao efetivo controle social das políticas públicas, garantindo que as ações do comitê sejam legítimas e eficazes. A carta foi aprovada por unanimidade e incluída no anexo deste documento final.

Posteriormente, foi apresentada e **aprovada por unanimidade** a moção intitulada: **“Campanha para o cumprimento dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal no que diz respeito aos direitos das mulheres”** com o objetivo de fiscalizar, cobrar e promover o cumprimento dos direitos das mulheres já previstos na legislação municipal, com foco na efetivação.

Em seguida, a comissão eleitoral, composta por Romina Carvalho, Sueli Scotelaro, Fátima Carvalho e Silvia Faltz assumiram a mesa para dar início ao processo de **votação das delegadas para a etapa estadual**. Reforçou-se a necessidade de disponibilidade das candidatas para participação nos dias 22, 23 e 24 de agosto de



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

2025, na cidade do Rio de Janeiro. Cada candidata teve dois minutos para apresentar sua defesa. A votação seguiu os seguintes critérios: uma vaga para **delegada negra e uma suplente** e duas para **ampla concorrência e duas suplentes**. Após as defesas, as cédulas foram entregues e a votação foi realizada.

Primeiramente, em nome da gestão municipal, o Poder Público indicou como representantes **Romina Francisca Carvalho Santos**, na qualidade de titular, e **Vanderleia “Abrace Essa Ideia” Pereira Lima**, como sua suplente. Em seguida, deu-se início ao processo de eleição das delegadas da sociedade civil. Conforme os critérios estabelecidos, a elegibilidade para votar foi restrita aos participantes que se credenciaram e integraram os grupos de trabalho durante o evento. Para garantir a lisura do processo, a candidata Rosângela, por ser funcionária pública com cargo de nomeação, precisou ser retirada da lista da sociedade civil. A votação visou preencher três vagas e as respectivas suplências. A organização da votação foi conduzida de forma transparente. As candidatas à vaga de mulher negra foram Karina Magalhães Coelho, Érika Guimarães Ferreira, Magali Siqueira Pereira e Valéria Aparecida Féu, enquanto as candidatas da ampla concorrência foram Cristina Correa Peres, Rita Ramalho, Rosilene Barradas e Viviane Heringer Tavares. Para a coleta dos votos, uma urna foi disponibilizada e uma lista de votação foi assinada individualmente por cada eleitora no momento do recebimento da cédula, assegurando a rastreabilidade e a legitimidade do processo. Inicialmente, a urna foi segurada por Maria Vitória e, posteriormente, mantida sobre a mesa para o depósito dos votos.

Antes da apuração, as candidatas tiveram a oportunidade de se apresentar à plenária, evidenciando a pluralidade de perfis, que incluíam juventude, militância histórica, atuação institucional, vivências de superação e notória experiência técnica. Essa diversidade demonstrou um forte alinhamento com as propostas da Conferência e um compromisso coletivo para defender os encaminhamentos aprovados. O momento ressaltou o papel estratégico da delegação como uma ponte entre Nova Friburgo e o Governo do Estado na construção de políticas públicas



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

feministas, antirracistas e interseccionais. Enquanto a votação ocorria, uma intervenção cultural, com a declamação de poesia por Silvio Poeta, proporcionou um momento de reflexão e descontração.

Como a votação ocorreu ao final da plenária, muitas delegadas já haviam ido embora, o que acabou mobilizando um total de 50 votantes. A apuração dos votos definiu claramente os resultados e as posições de titularidade e suplência. **Érika Guimarães Ferreira foi a candidata com mais votos, consagrando-se eleita como delegada titular ao receber um total de 26 votos. Em segundo lugar, Magali Siqueira Pereira obteve 11 votos, resultado que a qualificou para a posição de delegada suplente.** Ela assumirá as responsabilidades na ausência da titular, garantindo a continuidade da representação. As demais candidatas, Karina Magalhães Coelho e Valéria Aparecida Féu, receberam 8 votos e 5 votos, respectivamente. Embora não tenham sido eleitas, a participação de ambas foi fundamental para a pluralidade do debate e para a legitimidade do processo democrático. A eleição para as vagas de ampla concorrência da sociedade civil contou com a participação de quatro candidatas. A apuração dos votos, que incluiu um voto nulo, definiu a composição das delegadas titulares e suas respectivas suplentes. Viviane Heringer Tavares foi a candidata mais votada com uma expressiva margem de 32 votos, consagrando-se como delegada titular, conferindo-lhe um forte mandato para representar as pautas aprovadas. Rita Ramalho também assegurou uma posição de destaque, sendo eleita como a segunda delegada titular ao obter 13 votos. Sua eleição complementa a delegação titular, garantindo uma representação robusta e diversificada. Para as posições de suplência, Rosilene Barradas, com 3 votos, foi designada como 1ª suplente, e Cristina Correa Peres, com 2 votos, foi definida como a 2ª suplente. A presença das suplentes é fundamental para assegurar a continuidade e a estabilidade da representação de Nova Friburgo na etapa estadual. Com este resultado, **a delegação da sociedade civil para a ampla concorrência foi oficialmente formada, com Viviane Heringer Tavares e Rita Ramalho como titulares, e**



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Rosilene Barradas e Cristina Correa Peres como suplentes, concluindo assim uma etapa crucial do processo democrático da Conferência.

Nos momentos finais, foram entregues os certificados de participação e realizada a foto oficial do evento. A combinação de votação democrática, representações diversas (mulheres negras, juventude, sociedade civil, profissionais da saúde, LGBTQIAPN+) e intervenção cultural sintetiza o espírito da Conferência: pluralidade, engajamento político e construção coletiva de políticas públicas feministas e inclusivas. Viviane Heringer Tavares, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Nova Friburgo, foi homenageada com flores, em reconhecimento pelo esforço de organização e articulação; pela escuta e condução democrática da plenária e pela representatividade regional e compromisso com as pautas coletivas. Ao término dos trabalhos, após a conclusão das deliberações, da aprovação das propostas e da eleição das delegadas que representarão Nova Friburgo na etapa estadual, a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres foi oficialmente encerrada. Para selar o evento e registrar o momento histórico de mobilização e construção coletiva, todas as participantes foram convidadas a se reunir para a foto oficial. O registro simbolizou não apenas o encerramento de um dia produtivo de debates, mas também a união, a força e o compromisso das mulheres presentes na luta por mais democracia, igualdade e conquistas. A imagem captura a diversidade e a energia que marcaram a Conferência, eternizando um capítulo importante na história das políticas para mulheres no município.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

ANEXO 1: RELATÓRIOS DOS EIXOS 1, 2, 3, 4 E 5

Relatório de Grupo do Eixo 1: Mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres

1. Dados da Conferência

- **Nome Completo da Conferência:** 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres
- **Tema Central:** Mais democracia, Mais igualdade, Mais conquistas para todas
- **Data de Realização:** 19/07/2025
- **Local:** Nova Friburgo, RJ
- **Objetivos Gerais da Conferência:** integrar propostas para o fortalecimento e a ampliação de políticas públicas para as mulheres, com a perspectiva de interseccionalidade, para promover a democracia e a igualdade, com garantia de voz e representatividade às mulheres em toda a sua diversidade.

2. Dados do Grupo de Trabalho

- **Nome do Grupo de Trabalho:** Mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres
- **Coordenadoras do GT:** Fatima Cristina Ayrola de Carvalho e Valéria Aparecida Féu
- **Relator(a) do GT:** Maria Vitória de Carvalho Chermont



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

3. Objetivos do Grupo de Trabalho

1. Identificar as barreiras que dificultam o acesso, permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho formal e informal.
2. Elencar medidas que ampliem a capacidade das mulheres de gerar renda, controlar seus recursos e conquistar sua independência financeira.
3. Elaborar propostas de políticas públicas que garantam igualdade salarial, acesso a empregos de qualidade e inclusão produtiva.
4. Incluir recortes de raça, orientação sexual, deficiência, geração, entre outros, valorizando as mulheres em sua diversidade.
5. Identificar as barreiras que dificultam o acesso e a permanência das mulheres nos espaços de formação.

4. Metodologia de Trabalho

- A proposta da mesa foi organizar os participantes em duplas ou trios para sugerir problemas, objetivos, metas e estratégias sobre o tema. Dado o número reduzido de participantes foi proposto e aprovado que a deliberação fosse coletiva a fim de integrar os conhecimentos e vivências diferenciadas.

5. Discussões e Deliberações

5.1. Introdução

Após uma apresentação das mulheres presentes no grupo de trabalho, a mesa coordenadora iniciou a apresentação do diagnóstico com dados sobre as relações sociais, econômicas, de gênero, de raça e de idade, contextualizando o município.

5.2. Dificuldade da permanência da mulher nos espaços de trabalho

A discussão começou pontuando o objetivo específico 5. Ressaltou-se a política que tem surgido sobre o cuidado da pessoa idosa, visto que muitas mulheres acabam sendo restritas ao cuidado de familiares. Em síntese, foi pontuada a necessidade da extensão do horário da pré-escola, que foi considerado um dos causadores da migração das mulheres do trabalho formal para o informal. Outro ponto ressaltado foi sobre a mulher do “lar”, que exerce trabalhos domésticos sem remuneração.

Em complemento, pontuou-se que o problema é a dificuldade de considerar o trabalho doméstico e como metas a redução para 30h e fim da escala 6x1. Em nível regional, a proposta das escolas é alinhar os horários da educação em tempo integral com a jornada de trabalho das mulheres, articulando-se com a criação de espaços que acolham pessoas idosas e com deficiência.

Como estratégias sugeriu-se a ampliação da licença paternidade e fomentar a responsabilidade do homem na parte doméstica.

5.3. Autonomia financeira e precarização do trabalho

Outro ponto de debate pontuado foi a necessidade de repensar o valor que as mulheres recebem, pois a instabilidade do trabalho formal não abrange todas as necessidades de contas e a necessidade de pensar o problema.

Como causa foi colocada a baixa formação das mulheres que as condiciona a trabalhos que requerem baixa qualificação, pontuando a necessidade de formação das mulheres para melhorar o reconhecimento da situação.

Com isso, foram propostos cursos e encontros gratuitos para divulgar a necessidade de formação das mulheres, propostas de capacitações desde níveis baixos, com o objetivo de garantir o acesso a empregos formais e de qualidade, a autonomia financeira e melhores condições de direitos. Também foi citada a Lei da Igualdade Salarial (14.411/2013) que deve se fazer cumprir, através de divulgação e fiscalização para o efetivo cumprimento.

Ainda sobre a baixa valorização do salário mínimo, foi levantada a preocupação já que, quando fracionado por hora, torna-se impossível viver com qualidade para mulheres com trabalhos informais que não possuem carga horária fixa.

Destacou-se a diferença de direitos entre os servidores públicos, diferenciando a questão de contribuição para aposentadoria entre os estatutários e celetistas e o valor dos salários de aposentados ao final. Foi citado o assédio nas confecções a nível regional que as pessoas são proibidas de ir ao banheiro ou saírem dos seus postos durante o expediente.

Sobre o salário mínimo, a coordenadora destacou o estudo do Dieese que calculou que, para garantir uma vida digna a uma família no Brasil, o salário mínimo deveria ser em torno de R\$7.500,00. E essa desvalorização prejudica ainda mais as mulheres que perdem sua autonomia financeira e preferem ficar em casa cuidando dos filhos, com destaque que esse “ficar” não é por opção afetiva, e sim por necessidade financeira, já que não tendo vagas nas escolas públicas e o custo das escolas particulares ser alto, a única opção, financeiramente possível, é abdicar dos trabalhos formais e estar em casa com as crianças.

Além dessa não escolha de estar ou não em casa, um conceito citado do GT foi a prostituição do trabalho, já que existem poucas opções de trabalho e quando alguma aparece é extremamente precária, mas por necessidade não pode ser declinada, o que gera o adoecimento das mulheres quando combinados à sobrecarga, de duplas e triplas jornadas.

5.4. Formação e acesso à informação

Relacionado aos baixos salários, destacou-se que na região existem poucos cursos de capacitação em áreas muito específicas, e pouca diversificação, além da falta de divulgação e difusão para que todas tenham acesso, pontuada a necessidade de descentralização dos cursos e capacitações, até por conta da falta de internet e comunicações digitais em pontos da cidade.

Como proposta, o grupo colocou a criação de um centro de formação único, que abranja municipal, estadual e nacional, de forma unificada, com o destaque que o

problema pode ser a formação de núcleos individualizados [não entendi], pontuando que os poucos eventos e atividades não são divulgadas para o público. Em contraponto, pontuou-se sobre a necessidade de busca ativa das pessoas para os eventos, campanha de conscientização para incentivar a busca sobre as atividades e pontos de divulgação sobre os eventos, visto que é obrigação do poder público a divulgação, mas também é dever da população buscar informação e ter auto responsabilidade sobre os deveres de cidadania.

5.5. Escala 6x1

Com o encaminhamento para a finalização da discussão, para revisar as propostas e estratégias, foi levantado o contraponto do fim da escala 6x1 como estratégia regional, com a justificativa que o Brasil ainda não está preparado e que para discutir o fim é preciso começar com empresas maiores e mais estruturadas, porque o fim da escala é mais impactante para pequenos e médios e empresários.

Como contraponto, foram trazidos todos os ganhos dos trabalhadores que tinham como justificativa contra a implementação que o “país iria quebrar”, como o 13º terceiro salário e as férias remuneradas. Além disso, acrescentou-se que a escala 5x2 não é apenas sobre dias de trabalho, já que melhora a saúde, física, mental e aumenta as oportunidades de lazer e melhora a qualidade de vida das famílias de forma geral.

Ao final da discussão, como não houve consenso sobre a inclusão do fim da escala 6x1 como proposta para melhoria da qualidade de vida das mulheres, foi realizada a votação com os 12 membros presentes, incluindo as coordenadoras, em que o resultado final foi de 9 membros a favor, 3 membros contra e nenhuma abstenção.

5.6. Mulheres, diversidade e Plano Decenal Municipal

A discussão sobre o objetivo específico 4 começou com um relato de preconceito sofrido em comércio, lojas e principalmente a estereotipação de cargos ligados à cor da pele, peso e idade. O grupo trouxe a necessidade de propostas sobre a



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

discriminação de raça, classe, e gênero, não abarcando somente mulher, com a binaridade de gênero.

Como proposta para a maioria dos problemas, o encaminhamento para o âmbito municipal é o cumprimento da Lei Orgânica Municipal, art, 601, com a elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres de Nova Friburgo. Foi levantado o ponto de que o Conselho de Empreendedorismo da Secretaria de Estado da Mulher já está elaborando um Plano Decenal, que será entregue no final do ano. No entanto, justificou-se que ainda assim é necessário elaborar outro plano, pois este teria foco específico no município

5.7. Proposta estadual

Para decisão final sobre a proposta encaminhada para Conferência estadual e as propostas finais a nível municipal foi estabelecido que a principal proposta é ampliação da rede de apoio institucional com criação de centros de convivência e cuidados para a pessoa idosa, PCD e a oferta de Educação em Tempo Integral com carga horária compatível com a jornada de trabalho. A delegada escolhida para a fala na plenária final foi Marília Formiga.

6. Propostas e Encaminhamentos

Listar as propostas e encaminhamentos formulados pelo Grupo de Trabalho, que serão apresentados à plenária da Conferência ou a outras instâncias. Cada proposta deve ser clara, objetiva e, se possível, indicar os responsáveis e prazos sugeridos para sua implementação.

- **Proposta 1:** Criar e ampliar políticas públicas que garantam a igualdade de remuneração entre homens e mulheres que exerçam a mesma função.
 - **Justificativa:** Acabar com a desigualdade salarial entre homens e mulheres com aplicação da Lei 14.611/2023
 - **Encaminhamento Sugerido:** Fiscalização do cumprimento da Lei da Igualdade Salarial (14.611/2023); Criação de mecanismos de transparência salarial, fiscalização e sanção a práticas discriminatórias

de contratação e remuneração; Oferta de cursos de formação públicos e gratuitos, em diferentes áreas do setor produtivo para mulheres, com

oferta de bolsa auxílio para garantir transporte e alimentação das cursistas; Divulgação da lei 14.611/2023, no âmbito dos municípios, pelas Secretarias da Mulher e de Promoção Social; Publicização por parte dos empregadores, nas páginas corporativas e em painéis nas empresas da tabela salarial por cargo e função; Publicização dos canais específicos para denúncias de discriminação salarial criados pelo governo federal.

- **Proposta 2:** Reconhecer, redistribuir, reduzir e remunerar o trabalho doméstico e de cuidados.
 - **Justificativa:** Necessidade de reconhecer a dificuldade de conciliar trabalho remunerado, doméstico e de cuidados.
 - **Encaminhamento Sugerido:** Valorização do trabalho doméstico e de cuidado como atividade econômica, incluindo no cálculo previdenciário; Expansão de serviços públicos como creches, escolas em tempo integral e atendimento a pessoas idosas e com deficiência; priorizando mães trabalhadoras e famílias monoparentais; Ampliação da licença-paternidade e fomentar a corresponsabilidade dos homens no cuidado familiar e na divisão de tarefas domésticas; Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais e acabar com a escala 6x1.
- **Proposta 3:** Fortalecer a autonomia financeira e garantir o acesso das mulheres a empregos formais e de qualidade.
 - **Justificativa:** Precarização do trabalho feminino, informalidade e falta de direitos.

- **Encaminhamento Sugerido:** Garantia de assistência técnica, acesso à terra e incentivo à produção para mulheres rurais e quilombolas; Criação de programas de incentivo à autonomia financeira das mulheres (microcrédito, empreendedorismo feminino, economia solidária); Garantia de proteção trabalhista às trabalhadoras informais; Criação de critérios de equidade de gênero nos editais de financiamento público e contratação de serviços, com acesso facilitado a crédito, capacitação e redes de apoio; Criação de programas de autonomia econômica para mulheres vítimas de violência doméstica, com apoio financeiro temporário e acesso ao emprego ou microcrédito; Incentivo e financiamento a cooperativas, empreendimentos solidários e iniciativas de economia popular.
- **Proposta 4:** Eliminar todas as formas de discriminação no mercado de trabalho.
 - **Justificativa:** Discriminação no acesso e permanência no emprego (idade, raça, maternidade, deficiência e orientação sexual).
 - **Encaminhamento Sugerido:** Promoção de políticas afirmativas a mulheres idosas, negras, indígenas, trans e com deficiência, aumentando a representatividade de mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência em cargos de liderança; Promover a inserção das mulheres em situação de rua no mercado de trabalho.
- **Proposta 5:** Garantir o acesso e a permanência nos espaços de formação acadêmica, profissional e tecnológica.
 - **Justificativa:** Falta de acesso ou permanência na formação profissional e tecnológica

- **Encaminhamento Sugerido:** Criação de programas de qualificação profissional gratuita voltados para mulheres em situação de violência, pobreza, deficiência, privação de liberdade ou em comunidades tradicionais; Criação de programas de monitorias, bolsas e apoio a mulheres em áreas de ciência, tecnologia e inovação; Implementação de políticas de apoio, como bolsa- auxílio, transporte, alimentação e espaço para cuidado infantil.
- **Proposta 6:** Combater o assédio no ambiente de trabalho
 - **Justificativa:** Alto índice de assédio no ambiente de trabalho e dificuldade para reconhecer e denunciar.
 - **Encaminhamento Sugerido:** Implementação de protocolos obrigatórios de enfrentamento ao assédio moral e sexual nas empresas; Criação de canais de denúncia seguros e confidenciais; Realização de campanhas educativas nos locais de trabalho com definição clara do que é considerado assédio e as consequências para os infratores.
- **Proposta 7:** Elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.
 - **Encaminhamento Sugerido:** criação de grupo de trabalho para elaboração da resolução com as regras para a elaboração de Conferência Municipal com vistas à aprovação do PMDM e para elaboração do texto base do PMDM sob a responsabilidade e coordenação do CMDM e da Secretaria da Mulher.

7. Conclusões e Recomendações

O Grupo de Trabalho destacou que a autonomia econômica das mulheres é essencial para garantir a liberdade de escolha e a participação ativa na sociedade.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Foram identificados desafios como a desigualdade salarial, a precarização do trabalho feminino, a sobrecarga com trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados, a baixa presença de mulheres em espaços de decisão, dificuldade de acesso e permanência no trabalho e qualificação acadêmica e profissional e a falta de dados estatísticos municipais com recorte interseccional. Dentre as recomendações, destacam-se o investimento em formação e qualificação profissional, apoio ao cuidado com a expansão de serviços públicos, o fomento ao empreendedorismo feminino e à economia solidária e campanhas educativas contra a discriminação e assédio no trabalho.

O grupo reafirma a necessidade de enfrentar a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho e construir, com a participação social, políticas públicas que ampliem e garantam direitos, justiça e igualdade às mulheres em toda a sua diversidade.

Relatório de Grupo do Eixo 2: Educação inclusiva, igualitária e democrática.

Dados da Conferência

- **Nome Completo da Conferência:** 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres
- **Tema Central:** Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas Para Todas
- **Data de Realização:** 19/07/2025
- **Local:** Universidade Federal Fluminense – UFF – Nova Friburgo - RJ

Propostas:

1. Garantir a educação em tempo integral prioritariamente para as crianças na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, além das 07 horas mínimas estabelecidas na legislação vigente, atendendo às necessidades das mulheres no mercado de trabalho, visto que a escola é a principal rede de apoio para as mulheres trabalhadoras.

2. Assegurar política intersetorial de acolhimento às famílias, especialmente às mães, cujos filhos são público alvo da Educação Especial. Com destaque àquelas cujo quadro de seu filho possa colocar sua vida em risco.
3. Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na área rural e urbana em horário que favoreça o ingresso das mulheres na escola.
4. Incluir a educação relacional/emocional na Educação Básica para prevenção e identificação de violência doméstica - psicológica e física.
5. Promover políticas públicas, acompanhamento e cursos de capacitação e acolhimento para a saúde mental dos Profissionais da Educação da rede municipal.
6. Ofertar centros de apoio para o atendimento aos estudantes com deficiência.

Metas:

1. Garantir a educação em tempo integral para as crianças na Educação Infantil nos próximos 5 anos e no Ensino Fundamental I em até 10 anos.
2. Assegurar política intersetorial de acolhimento às famílias, especialmente às mães, cujos filhos são público alvo da Educação Especial nos próximos 3 anos.
3. Ampliar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na área rural e urbana em horário que favoreça o ingresso das mulheres na escola em até 5 anos.
4. Incluir a educação relacional/emocional na Educação Básica para prevenção e identificação de violência doméstica - psicológica e física até o final de 2026.
5. Promover políticas públicas, acompanhamento e cursos de capacitação e acolhimento para a saúde mental dos Profissionais da Educação da rede municipal nos próximos 3 anos.
6. Ofertar centros de apoio para o atendimento aos estudantes com deficiência em até 5 anos.

Estratégias:



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

1. A Secretaria Municipal de Educação (SME) deverá garantir a educação em tempo integral para as crianças na Educação Infantil nos próximos 5 anos e no Ensino Fundamental I em até 10 anos.
2. A PMNF, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Secretaria Municipal da Mulher (SMM), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SMDH) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), deverá assegurar política intersetorial de acolhimento às famílias, especialmente às mães, cujos filhos são público alvo da Educação Especial, nos próximos 3 anos.
3. A Secretaria Municipal de Educação (SME) em colaboração com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), deverá ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na área rural e urbana em horário que favoreça o ingresso das mulheres na escola, em até 5 anos.
4. A Secretaria Municipal de Educação (SME), em colaboração com o Conselho Municipal de Educação (CME) e com o Fórum Municipal de Educação (FME), deverá inserir nos currículos escolares da Educação Básica, até o final de 2026, conteúdos relativos à educação relacional/emocional para prevenção e identificação de violência doméstica - psicológica e física, e capacitar os Profissionais da Educação por meio de parcerias com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e Instituições Públicas (UFF, UERJ e CEFET), em até 3 anos.
5. A Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) deverão promover políticas públicas, acompanhamento e cursos de capacitação e acolhimento para a saúde mental dos Profissionais da Educação da rede municipal nos próximos 3 anos.
6. A Secretaria Municipal de Educação (SME) deverá ofertar centros de apoio para o atendimento aos estudantes com deficiência em até 5 anos.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Relatório de Grupo do Eixo 3: Saúde Integral das Mulheres e Garantia dos Direitos.

1. Dados da Conferência

- **Nome Completo da Conferência:** 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres
- **Tema Central:** Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas Para Todas
- **Data de Realização:** 19/07/2025
- **Local:** Universidade Federal Fluminense – UFF – Nova Friburgo - RJ
- **Objetivos Gerais da Conferência:** Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos; e ampliar o acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção e assistência da saúde integral da mulher em todo o território brasileiro, sem discriminação de qualquer espécie, resguardadas as identidades e especificidades de gênero, raça, etnia, geração, classe social, orientação sexual e mulheres com deficiência.

2. Dados do Grupo de Trabalho

- **Nome do Grupo de Trabalho:** Saúde Integral das Mulheres e Garantia dos Direitos.
- **Coordenadoras do GT:** Romina Francisca Santos Carvalho, Sueli Scotelaro Porto
- **Relator(a) do GT:** Anna de Jesus Veiga e Rita de Cássia Ramalho

3. Participantes do Grupo de Trabalho

Nome Completo	Instituição/Representação (Opcional)	Função no GT (Opcional)
Eliane Santos	Tenda Vovó Chica de Minas	Participante
Ilma Santos	Centro Brasileiro Afro-Ysun Oke	Participante
Rita de Cássia Ramalho	Tecle Mulher	Relatora
Anna de Jesus Veia	Comissão Direito da Saúde OAB	Relatora
Cláudia de Moura Pinheiro	Tecle Mulher	Participante
Romina Francisca Santos Carvalho		Coordenadora
Sueli Scotelaro Porto	Secretária da Mulher	Coordenadora
Camila da Motta Moreira Stanislau		Participante
Claudia Veigelita de Mattos	Defesa Civil	Participante
Magali Siqueira Matos Santos Pereira		Participante
Manoela Vila Verde		Participante
Salomão Bernstein	Girassol	Participante
Daniel Fonseca Ferreira		Participante



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

4. Objetivos do Grupo de Trabalho

Descrever os objetivos específicos que o Grupo de Trabalho se propôs a alcançar durante a Conferência, alinhados ao eixo temático e aos objetivos gerais da Conferência.

5. Metodologia de Trabalho

Detalhar a metodologia utilizada pelo Grupo de Trabalho para desenvolver suas atividades, incluindo:

- Ferramentas e recursos utilizados: Debates, dinâmicas de grupo, análise de documentos.
- Forma de registro das discussões: Relatório.
- **Proposta 1:** Diminuir a mortalidade materna infantil, detalhar as ações
 - **Justificativa:** Pelo alto índice de mortalidade materna infantil, por violência obstétrica.
 - **Encaminhamento Sugerido:** Atuar junto ao órgão legislativo e executivo do município, apresentando os índices das mortalidades ocorridas para o retorno do comitê de mortalidade materna infantil.
- **Proposta 2:** Sala para atendimento oncológico às mulheres diagnosticadas com câncer de mama e câncer do colo do útero.
 - **Justificativa:** Pela demora nas etapas entre o diagnóstico e o início do tratamento oncológico
 - **Encaminhamento Sugerido:** Atuar junto ao órgão legislativo e executivo do município, apresentando o alto índice de casos de mulheres com câncer de mama e de útero.

8. Conclusões e Recomendações

Apresentar as conclusões gerais do Grupo de Trabalho sobre o tema abordado, destacando os principais desafios, avanços e as recomendações finais para a formulação de políticas públicas.

PROBLEMAS	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS-
Identificar um problema	Descrever o que se alcançar	Quantificar os resultados esperados	Detalhar as ações para atingir os objetivos
Alta mortalidade Materna e Infantil	Diminuir a mortalidade materna infantil.	Priorizar a vida das mulheres e recém natos.	Diminuir a mortalidade materna infantil, detalhar as ações. Levar em consideração o recorte étnico racial. Curto prazo
Câncer de mama e colo de útero. Falta de diagnóstico precoce com biópsia e histoquímica.	Acelerar o encaminhamento e atendimento das mulheres com resultados positivos.	Priorizar a vida das mulheres. Levar em consideração o recorte étnico racial. Gestão Pública Municipal – Secretaria Municipal de Saúde.	Implantar e implementar uma sala de oncologia. Curto prazo



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Relatoria de Grupo do Eixo 4 – Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

1. Dados da Conferência

- **Nome Completo da Conferência:** 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres
- **Tema Central:** “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”
- **Data de Realização:** 19/07/2025
- **Local:** Universidade Federal Fluminense – Campus Nova Friburgo
- **Objetivos Gerais da Conferência:**

I - Fortalecer, incentivar e garantir a participação efetiva das mulheres, com perspectiva da interseccionalidade e da diversidade, na formulação e ampliação das políticas públicas;

II - Elaborar um diagnóstico sobre as condições de vida e as lutas das mulheres no município de Nova Friburgo, bem como sobre a realidade das políticas públicas direcionadas a elas;

III - Consolidar ações prioritárias nas políticas para as mulheres, incluindo ações afirmativas, com abrangência em todas as regiões do município;

IV - Garantir o diálogo e a relação entre o governo e a sociedade civil, promovendo participação social na formulação e implementação das políticas para as mulheres;

V - Incorporar perspectivas e experiências locais que considerem diferentes temáticas;

VI - Mapear e fortalecer a atuação das instituições que trabalham pelos direitos das mulheres em Nova Friburgo;

VII - Ampliar e fortalecer as redes de articulação entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, de Direitos da Mulher;

VIII- Estimular a criação e o fortalecimento das Secretarias, Procuradorias e Conselhos Municipais voltados às políticas para as mulheres;

IX - Promover a integração entre as políticas públicas que incluem a pauta dos direitos das mulheres;



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

X - Integrar políticas públicas que incluam a pauta dos direitos das mulheres.

2. Dados do Grupo de Trabalho

Nome do Grupo de Trabalho: Enfrentamento à Violência contra Mulheres

Coordenadora do GT: Paula Loureiro

Relator(a) do GT: Larissa Dahmer Pereira

3. Metodologia de Trabalho

- A coordenadora do GT, Paula, em conjunto com a relatora, Larissa, abriu uma rodada de apresentações. Em seguida, leu o roteiro sugerido pela Comissão Organizadora. Como o grupo estava com um número não tão grande, decidimos fazer o debate com todos, sem separar por duplas ou trios.
- Paula (coordenadora do CREM) apresentou 14 propostas trazidas pela equipe do CREM, que também estavam presentes (assistente social e psicóloga).
- Em seguida, a relatora Larissa leu propostas, com base no diagnóstico relacionado à violência contra mulheres no município, recentemente produzido, no formato de artigo, por Larissa, Bluma Salomão, Marília Formiga e Viviane Heringer.
- Após a leitura de propostas, o grupo decidiu por fundir as mesmas, abaixo elencadas no item deliberações.
- O grupo também discutiu a proposta que deverá ser encaminhada à plenária final e à Conferência estadual.

4. Diagnóstico [1]:

Faixa etária das mulheres vítimas de violência: maioria dos casos se concentra entre 30 a 59 anos (56,59%) e 18 a 29 anos (25,29%), refletindo a maior exposição

das mulheres adultas às violências. As adolescentes, de 12 a 17 anos (8,82%), também aparecem de forma significativa, indicando a precocidade da experiência da violência de gênero. Dados de “sem informação” (3,24%) e a presença de casos entre 0 a 11 anos (1,79%) e 60 anos ou mais (4,43%) apontam para a necessidade de um debate geracional, ou seja, **mesmo que em menor número, em todas as idades as mulheres sofrem algum tipo de violência.**

Quanto à **categoria “cor”**: último Censo Demográfico do Brasil (IBGE, 2022) registrou a presença de 33,48% da população preta e/ou parda e 66,28% de pessoas brancas, em Nova Friburgo. Entre 2014 e 2023, segundo os dados do ISP, as mulheres brancas aparecem com a média de 68,6% dos casos de violência descritos acima, enquanto as mulheres negras aparecem com 30,1%. **Esses dados sugerem, de certa forma, um reflexo no número populacional.**

Estado civil: predominância de mulheres solteiras, que representam 46% dos casos, seguidas por aquelas casadas ou que vivem junto, com 35%. As mulheres separadas correspondem a 10,7%, enquanto as viúvas aparecem em menor proporção, com 3,3%. Em 4,9% dos registros, não há informação sobre o estado civil da vítima. **A maioria dos casos é perpetrada por indivíduos pertencentes ao círculo relacional da vítima, evidenciando o caráter estrutural e cotidiano da violência de gênero.** Companheiros e ex-companheiros respondem, respectivamente, por 23,2% e 22,2% dos casos, o que demonstra a persistência da violência mesmo após o término das relações afetivas. A violência praticada por conhecidos corresponde a 5,6%, enquanto pais ou padrastos representam 2,3% dos casos, e outros parentes próximos, 6,9%. A categoria “outras” relações representa 6,8%, e em 5,8% das ocorrências não houve identificação do vínculo entre autor e vítima. **Chama atenção o fato de que 27,2% dos autores não possuíam qualquer relação com a vítima, o que aponta também para a presença da violência de gênero em espaços públicos e situações aleatórias,** o que nos traz indicações quanto à necessidade de se pensar em uma cidade segura para todas as mulheres, dentro e fora do ambiente doméstico. A **residência permanece como**

o espaço mais recorrente da agressão, concentrando, em média, 58% dos casos. A via pública aparece como o segundo local mais frequente, com 19,6%, seguida por outros locais (15,8%), estabelecimentos comerciais (3,2%) e o ambiente virtual (1,4%), este último revelando o crescimento de formas de violência mediadas por tecnologias digitais[3].

Dados do ISP-RJ relativos a feminicídio e tentativas de feminicídio por município da região serrana, totalizando 24 (vinte e quatro) feminicídios e 98 (noventa e oito) tentativas de feminicídio, entre os anos de 2016 a 2025[4], concentrados tais dados nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, as maiores cidades, em termos populacionais, da região.

Tabela 1 – Mulheres vítimas de feminicídio e tentativa de feminicídio por municípios da região serrana do estado do Rio de Janeiro – 2016-2025

Município	População	Feminicídio	Tentativa de Feminicídio
Bom Jardim	28.102	2	1
Cantagalo	19.390	0	3
Carmo	17.198	0	6
Cordeiro	20.783	0	2
Duas Barras	10.980	0	3
Macuco	5.415	0	0
Nova Friburgo	189.939	10	42
Santa Maria Madalena	10.232	0	0
São José do Vale do Rio Preto	22.080	0	4

São Sebastião do Alto	7.750	1	1
Sumidouro	15.206	3	5
Teresópolis	165.123	8	31
Trajano de Moraes	10.302	0	0
Total	522.498	24	98

Fonte: Tabela elaborada por Pereira, L. D.; Pereira, T. D.; Mendes, M. M.; BINI, S. I. de M. (2025, artigo no prelo), com base em dados fornecidos pelo ISP[5].

5. Discussões e Deliberações

O grupo aprovou as propostas a nível municipal, por subeixos, dentro do Eixo 4, que atravessam diversas políticas setoriais e relacionam-se com a questão das violências contra as mulheres no município.

Propostas para o Poder Público municipal:

Geral: Criar um Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, com periodicidade quinquenal.

Informação:

Criar um sistema municipal de dados que integre as ocorrências de violência contra mulheres no município.

Educação/capacitação permanente:

Capacitar, por meio de parcerias da PMNF, Conselho de Direitos da Mulher, Universidades e organizações da sociedade civil, as equipes das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, profissionais da Educação Básica e profissionais pertencentes à rede multisetorial de atendimento a mulheres, de acordo com a legislação vigente.

Criar um Projeto de Lei, conforme orientações da BNCC, com avaliação do Conselho Municipal de Educação e apreciado na Câmara dos Vereadores, sobre a inserção nos currículos escolares da Educação Básica, de conteúdos relativos aos direitos humanos e ao problema da violência contra mulheres e meninas.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Realizar campanhas permanentes de conscientização, com material de divulgação nos ônibus, nos pontos de ônibus, na Estação Livre, dentre outros locais estratégicos, sensibilizando a sociedade friburguense sobre a importância de combater as violências de gênero.

Implementar programas de responsabilização e reeducação para homens agressores, visando à desconstrução de padrões machistas e o incentivo a relacionamentos saudáveis e respeitosos, articulado com o judiciário local, que encaminharia os agressores condenados para programas obrigatórios de reeducação, o que pode contribuir para evitar a reincidência.

Trabalho:

Criar e fortalecer programas de capacitação profissional, empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho para mulheres em situação de violência, visando sua autonomia econômica e a redução da dependência do agressor.

Educação Básica em tempo integral (de 6:30 às 18:30h), para permitir que as mulheres possam estudar, trabalhar e conquistar autonomia.

Priorizar a contratação de mulheres em situação de violência na oferta e contratação de vagas por meio da Casa do Trabalhador.

Equipamentos sociais/atendimento a mulheres em situação de violência:

Criação de Unidade Móvel de Atendimento Itinerante (Ônibus Itinerante), com o objetivo de complementar o CREM com uma unidade móvel de atendimento que possa se deslocar para os distritos e áreas mais afastadas de Nova Friburgo, levando serviços básicos de orientação e acolhimento (“mutirões” de atendimento), com equipes multidisciplinares.

Promover Integração dos serviços, através da criação e implementação de um protocolo de atendimento integrado entre os órgãos de segurança, saúde,



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

assistência social e justiça, para otimizar o encaminhamento e o acompanhamento das vítimas.

Implementar a Patrulha Maria da Penha Municipal em Nova Friburgo.

Criar e implementar um Aplicativo de Denúncia e Botão do Pânico, aplicativo municipal que permita às mulheres em situação de risco acionar a Patrulha Maria da Penha de forma rápida, com um botão do pânico integrado.

Criar uma Casa para Mulheres em Situação de Violência Doméstica, com no mínimo Alojamento Provisório, CREM, Secretaria da Mulher, Conselho dos Direitos da Mulher e Guarda Municipal. Funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana.

Ampliar e qualificar os serviços, através da ampliação da equipe técnica do CREM, para que o mesmo funcione 24 horas por dia.

Por fim, o grupo deliberou pela seguinte proposta para ser levada à Conferência Estadual:

Criação do Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres.

[1] Dados publicados em capítulo de livro escrito por Salomão, B.; Pereira, L. D.; Santos, M. F. T. dos; Tavares, V. H. (2025, no prelo).

[2] Os dados apresentados nesse item, relativos às violências contra mulheres em Nova Friburgo, foram extraídos do portal: https://ispconecta.rj.gov.br/dossie_mulher/ Acesso em: 20 mai. 2025.

[3] Sem informação aparece com 2%.

[4] Cabe ressaltar que o ano 2025 encontra-se em curso. Os dados foram compilados até o mês de março de 2025.

[5] Dados disponíveis em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/CrimesVida.html> Acesso em: 10 abr. 2025.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Relatório de Grupo do Eixo 5: Respeito à diversidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação: Racismo, Capacitismo, Violências de Gênero, Classe e outras.

1. Dados da Conferência

- **Nome Completo da Conferência:** 1ª Conferência Municipal de Políticas para Mulheres
- **Tema Central:** “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”
- **Data de Realização:** 19/07/2025
- **Local:** Universidade Federal Fluminense – Campus Nova Friburgo
- **Objetivos Gerais da Conferência:**

I - Fortalecer, incentivar e garantir a participação efetiva das mulheres, com perspectiva da interseccionalidade e da diversidade, na formulação e ampliação das políticas públicas;

II - Elaborar um diagnóstico sobre as condições de vida e as lutas das mulheres no município de Nova Friburgo, bem como sobre a realidade das políticas públicas direcionadas a elas;

III - Consolidar ações prioritárias nas políticas para as mulheres, incluindo ações afirmativas, com abrangência em todas as regiões do município;

IV - Garantir o diálogo e a relação entre o governo e a sociedade civil, promovendo participação social na formulação e implementação das políticas para as mulheres;

V - Incorporar perspectivas e experiências locais que considerem diferentes temáticas;

VI - Mapear e fortalecer a atuação das instituições que trabalham pelos direitos das mulheres em Nova Friburgo;

VII - Ampliar e fortalecer as redes de articulação entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, de Direitos da Mulher;



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

VIII- Estimular a criação e o fortalecimento das Secretarias, Procuradorias e Conselhos Municipais voltados às políticas para as mulheres;

IX - Promover a integração entre as políticas públicas que incluem a pauta dos direitos das mulheres;

X - Integrar políticas públicas que incluam a pauta dos direitos das mulheres.

2. Dados do Grupo de Trabalho

- **Nome do Grupo de Trabalho:** Respeito à diversidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação: Racismo, Capacitismo, Violências de Gênero, Classe e outras
- **Coordenadoras do GT:** Érika Guimarães Ferreira
- **Relator(a) do GT:** Larissa Fagundes e Thiago Gomes

3. Participantes do Grupo de Trabalho

Nome Completo	Função no GT (Opcional)
Karina Magalhães	Delegada
Érika Guimarães Ferreira	Delegada/Coordenadora
Michele Felício	Delegada
Silvia Faltz	Delegada
Thiago Gomes da C. Santos	Delegado/Relator
Larissa Fagundes	Delegada/Relatora
Elizabeth	Delegado
Silvio Poeta	Delegada



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Nome Completo	Função no GT (Opcional)
Rosilene Barradas	Delegada
Cecília Machado	Delegada

4. Metodologia de Trabalho

- A coordenadora do GT introduziu o trabalho desenvolvendo a apresentação de dados importantes para o encaminhamento das discussões, considerando a necessidade de contextualização da temática central do grupo de trabalho para dar embasamento para as trocas que serão desenvolvidas.
- Os delegados e as delegadas se dividiram em duplas para o debate inicial, onde tiveram como base de registro uma tabela trazida pela Comissão Organizadora da Conferência.
- Apresentação das discussões desenvolvidas em duplas.
- Articulação das propostas apresentadas e escolha das três propostas que serão encaminhadas à plenária final.

5. Discussões e Deliberações

5.1. Falta de dados referentes aos registros de violência

Michele Felício e Cecília apresentaram o problema citado acima, objetivando um olhar mais clínico e atendimento personalizado e humanizado para não haver exclusão por marcadores sociais como raça, gênero e classe. Atendimento mais preciso com mulheres atendendo mulheres, considerando a interseccionalidade.

Meta: Criação de uma Secretaria de Combate ao Racismo.

Estratégia: Pressão popular.

5.2. Violência no âmbito do trabalho e manutenção do acesso ao mercado de trabalho para pessoas pretas, mulheres e LGBTQIAPN+ que enfrentam dificuldade de autonomia financeira.

Karina e Rosilene relataram a necessidade de combate à discriminação nos ambientes de trabalho e educação, tendo por objetivo o acesso e a permanência destas pessoas no mercado de trabalho.

Estratégia - exigir das empresas públicas e privadas do município, com mais de 10 funcionários, um plano de combate a todas as formas de violência no âmbito do trabalho, por meio de consultoria e/ou programas de formação e letramento racial e de gênero.

5.3. Discriminação nas escolas públicas e particulares

Elis, Rovená e Elisabeth trouxeram como proposta a implementação de grupos de pesquisa e espaços de acolhimento dentro das escolas.

Meta: estabelecer um ambiente de respeito e confiança para os alunos e docentes.

Estratégia - roda de conversa entre os alunos e pessoas que possam ensinar.

Problema 2 - falta de política pública para as interseções

Objetivo - letramento dos profissionais para entender as mulheres na sua diversidade, inserção no espaço de trabalho e espaços públicos e privados, ambulatorios, casa-abrigo.

Meta - palestras para profissionais da rede, cursos profissionalizantes para mulheres, cooperativas para as mulheres que não conseguem se adequar ao modo de trabalho capitalista municipal.

Estratégia - previsão orçamentária própria para políticas públicas específicas voltadas às mulheres. Na LDO e LOA, definir rubricas próprias para mulheres nas diversas secretarias sem possibilidade de realocação de verbas.

5.4. Violência de gênero atravessada pela LGBTfobia, racismo e intolerância religiosa

Garantir o acesso aos direitos sociais e políticas públicas de modo a oportunizar qualidade de vida a todas as mulheres, independente de seu contexto social e pessoal.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

Meta: Diminuir em 95% as subnotificações de ocorrências de violências contra mulheres.

Ampliar em 95% a aplicação das ações de combate ao feminicídio e à violência de gênero no município.

Estratégias:

- Incentivar, no âmbito da educação e assistência social, ações de informações e conscientização sobre as manifestações de discriminação.
- Criar espaços de acolhimento e orientação para o combate às violências enfrentadas pelas mulheres friburguenses.
- Conselhos deliberativos da sociedade civil de acompanhamento das Políticas Públicas para mulheres.

5.5. Plano Municipal de Direitos das Mulheres:

Problema: Ausência de dados

Objetivo: Diagnosticar e monitorar a realidade local em relação à diversidade de gênero e às diversas formas de disseminação por meio da coleta, análise e sistematização de dados.

Metas: Criação e operacionalização de um Observatório municipal de violência de gênero e discriminação com a integração de dados da DEAM, Delegacia de Polícia civil, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e outros órgãos, incluindo informações sobre racismo, capacitismo e desigualdade social.

Estratégias: Realizar levantamentos periódicos para análise dos dados de forma qualitativa e quantitativa para identificar padrões, tendências e áreas de maior vulnerabilidade.



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

ANEXO 2: OFÍCIO DO TECLE MULHER ACERCA DA NUMERAÇÃO DA CONFERÊNCIA



Ofício TM082025

À

Secretaria Municipal da Mulher de Nova Friburgo

Excelentíssima Secretária Municipal

Vanderleia (Abrace Essa Ideia) Pereira Lima

C/C Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Nova Friburgo

Nova Friburgo 07 de julho de 2025

Assunto: A instituição Tecle Mulher – Assessoria e Pesquisa no Âmbito dos Direitos da Mulher vêm, através desse ofício, explanar sua opinião em relação à V Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres.

Excelentíssima Secretária

A instituição Tecle Mulher – Assessoria e Pesquisa no Âmbito dos Direitos da Mulher, sediada e legalizada neste município vem, através deste documento, alertar a Secretaria da Mulher sobre o equívoco da realização da 1ª. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Nova Friburgo quando, ao nosso entendimento, será a 5ª. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres.

As Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres representam o espaço Democrático mais importante para a construção de um país com políticas públicas eficazes para que consigamos viver em um regime de direitos iguais e respeito entre os gêneros já legitimado na Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, encaminhamos abaixo, um histórico da participação dos Movimentos Sociais e Secretarias Municipais desde a Primeira Conferência Nacional, Estadual e Municipal, realizadas em 2004.

- Histórico das Conferências Nacionais onde Nova Friburgo teve representação através a realização das Conferências Estaduais, Municipais e/ou Regionais de Políticas para as Mulheres:

2004 - 1ª CNPM

Governo: Lula -

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – Ministra Nilceia Freire

Tema: “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero” Realização Municipal: Secretaria Municipal de Governo e Ser Mulher

Objetivo central: Propor diretrizes e propostas para a fundamentação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) -

Tecle Mulher – Assessoria e Pesquisa no Âmbito dos Direitos da Mulher
Endereço: Avenida Alberto Braune 24, sala 506 – Centro – Nova Friburgo – RJ – 28.613-000
Site: www.teclemulher.org.br E-mail: teclemulher@teclemulher.org.br



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS



O I PNPM representou o primeiro “conjunto de políticas públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário é a efetivação dos direitos das mulheres” (BRASIL, 2006, p. 11), tendo sido estruturado em 5 eixos temáticos:

1-Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; 2- Educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; 3- Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4- Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5- Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Lembrando que, através do Governo Saudade Braga, com a assinatura do Pacto Nacional de Políticas para as Mulheres e os dados do Disque Mulher relacionados à violência contra as mulheres em nova Friburgo, foi aqui implantado o Centro de Referência da Mulher em 2006.

2007 - 2ª CNPM

Governo: Lula

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – Ministra Nilceia Freire

Realização Municipal: Secretaria Geral de Governo – Ser Mulher

Tema: “Desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM e avaliação das ações e políticas propostas no PNPM. E a participação das mulheres nos espaços de poder”

Objetivo central: avaliar e aperfeiçoar o I PNPM.

O primeiro Plano Nacional foi analisado pelas participantes da 2ª CNPM e suas propostas foram avaliadas e reorientadas, o que fomentou o surgimento de uma nova versão do plano.

A II PNPM incorporou 6 eixos temáticos:

- 1- Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta;
 - 2- Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
 - 3- Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatória;
 - 4- Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
 - 5- Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas
 - 6- Gestão e monitoramento do Plano.
- O plano foi formado por 91 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas nos 11 eixos temáticos.

2011 - 3ª CNPM

Governo: Dilma

Tema: Autonomia e igualdade para as mulheres

Realização Municipal: Secretaria da Assistência Social – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Nova Friburgo

Tecele Mulher – Assessoria e Pesquisa no Âmbito dos Direitos da Mulher

Endereço: Avenida Alberto Braune 24, sala 506 – Centro – Nova Friburgo – RJ – 28.613-000

Site: www.tecelemulher.org.br E-mail: tecelemulher@tecelemulher.org.br



Objetivo central: discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício pleno da cidadania das mulheres.

Os dez eixos temáticos (sendo retirado o eixo “Gestão e monitoramento do Plano”) contidos no II PNPM balizaram os debates na CNPM.

Enquanto os debates realizados nas duas primeiras CNPMs resultaram na formulação de dois PNPMs, na 3ª CNPM houve a aprovação de 91 deliberações distribuídas nos eixos:

1-Autonomia econômica e social - 25 propostas 2- Autonomia pessoal - 33 propostas 3- Autonomia cultural - 20 propostas 4- Autonomia política - 13 propostas

2016 - 4ª CNPM

Governo: Dilma

Realização Municipal – Secretaria da Assistência Social – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Tema: Mais direitos, participação e poder para as mulheres

Objetivo central: discutir estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas. A 4ª CNPM foi realizada, entre 10 e 13 de maio de 2016, em um momento político conturbado, que incluiu o afastamento da presidenta Dilma, o que fez insurgir como lema, na abertura da 4ª CNPM, a frase: “Não permitir retrocessos”.

Um dos resultados esperados era a formulação de um “Sistema Nacional de Política para as Mulheres” que, devido o afastamento da Presidenta Dilma, houve um desmonte total de todas as políticas públicas voltadas às mulheres construídas até aquele momento. Foram 9 anos de apagão voltados às políticas públicas para as mulheres.

Nova Friburgo realizará a 5ª. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em 19 de julho deste ano e é importante que a sociedade se mobilize para a participação, diante das graves questões que estamos enfrentando no município como: A situação da saúde da mulher como um todo, especialmente os acontecimentos dentro do Hospital Raul Sertã e Maternidade de Nova Friburgo e no Abrigamento da População de rua; O índice de violência contra mulheres incluindo as questões de raça e homofobia; A atuação das políticas de acolhimento, segurança e justiça ; A falta de creches e fechamento de escolas públicas municipais; a precariedade e vulnerabilidade no transporte público, as questões da habitação entre tantas outras demandas. São questões a serem discutidas para que haja disponibilidade de verbas municipais, estaduais e nacionais para esses pleitos, que são a base da qualidade de vida das mulheres friburguenses e dos seus e suas filhas. Outro ponto é a realização da proposta de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.



Para reflexão:

“O patriarcado com certeza esteve lá:

-No acúmulo de papéis, de atribuições e de funções das mulheres (que, como vimos, estudam, trabalham e cuidam – praticamente sozinhas - dos afazeres domésticos e de crianças e idosos nas famílias): o que torna a jornada da participação e do ativismo político das mulheres em custos altíssimos para as mulheres.

-Na deslegitimação continuada da atuação pública e política das mulheres, no enviesado e estereotipado (quando não estigmatizado e deteriorado) julgamento moral negativo o qual as candidaturas (e a efetiva eleição) de mulheres têm que superar e ultrapassar.

-No descaso como essas políticas são tratadas e nas enormes dificuldades de sua efetiva implementação.

-Nas mentalidades e sensibilidades de um eleitorado conservador (homens e mulheres) que julga, além do mais, que as mulheres não estão capacitadas para exercer o poder no país, assim como ele também está nessas regras descritas do sistema político brasileiro

-O Estado, através de suas ações e de suas omissões, sistematicamente vem contribuindo para a reprodução das assimetrias e injustiças entre os gêneros, peça central da manutenção da ordem colonial, a um só tempo patriarcal e capitalista.”

Marlise Silva – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher – UFMG.

Sendo assim, esperamos que a história dos movimentos de mulheres esteja contemplada na referência da realização da 5ª. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Nova Friburgo neste ano de 2025.

Com nossas cordiais saudações e elevada estima,

Atenciosamente,

Por toda a instituição:

Laura Mury - Presidenta



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

ANEXO 3: CARTA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE NOVA FRIBURGO À CÂMARA DOS VEREADORES REIVINDICANDO A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL AO COMITÊ DE MORTALIDADE MATERNO INFANTIL

À Câmara Municipal de Nova Friburgo

A Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Nova Friburgo, considerando o disposto no Art. 5º do Projeto de Lei que trata da instituição do Comitê de Mortalidade Materno-Infantil, vem, por meio deste, **reivindicar a participação do controle social e da sociedade civil organizada**, conforme determina a legislação vigente sobre a matéria.

Nesse sentido, solicitamos a **inclusão das seguintes representações** na composição do referido comitê, de forma a garantir sua pluralidade, legitimidade e alinhamento com os princípios constitucionais da **democracia participativa e da transparência**:

- 01 (uma) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- 01 (uma) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 01 (uma) representante do Conselho Municipal de Saúde;
- 01 (uma) representante de movimento social de mulheres;
- 01 (uma) representante do Ministério Público;
- 01 (uma) representante do Conselho Regional de Enfermagem (COREN);
- 01 (uma) representante de entidade médica;
- 01 (uma) representante da maternidade local;
- 01 (uma) representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Ressaltamos que a composição proposta busca assegurar a representatividade de diferentes segmentos envolvidos na defesa e promoção da saúde materno-infantil, fortalecendo o papel do Comitê como instância de monitoramento, proposição e



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

controle social das políticas públicas voltadas ao tema.

Atenciosamente,

Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Nova Friburgo

19 de julho de 2025



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

ANEXO 4: MOÇÃO

Campanha para o cumprimento dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal no que diz respeito aos direitos das mulheres

Nós, mulheres participantes da Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Nova Friburgo, assinamos abaixo para o cumprimento dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal no que diz respeito aos direitos das mulheres, com o objetivo de fiscalizar, cobrar e promover o cumprimento dos direitos das mulheres já previstos na legislação municipal, com foco na sua efetivação.

ANEXO 5: LISTAS DE CREDENCIAMENTO

Nome	Data de Nascimento	Cor/Raça	CPF	ASSINATURA
Adonia Antunes Prado	05/08/1948	Parda		
Alessandra de Oliveira Souza Andrade	30/03/1979	Parda		
Amanda Gonçalves do Nascimento	11/05/1997	Preta	152.282.707-60	Amanda G. do Nascimento
Ana Clara Alves Leite	01/10/2000	Parda		
Ana Clara Moura Emmerick	05/06/1999	Parda	158.445.317-60	Sl. Emmerick.
Ana Cláudia Decaro Santos Pimenta	22/03/1980	Branca		
Ana Olívia Lemos Verly Waldhelm	31/12/1990	Branca		
Andréa Duque Estrada	31/08/1969	Branca		
Andreia dos Santos Carvalho Barboza	21/06/2025	Preta	028.892.877-61	Andreia Schallberg

			CPF	ASSINATURA
Ângela Aparecida Campos Leal	31/05/1970	Branca		
Anna de Jesus Veiga	05/10/1986	Branca	120.025.267-50	
Beatriz Maria Teixeira Guerra	19/10/1967	Branca		
Bianca do Almo Gomes	03/03/1979	Branca	097445807-41	Bianca do Almo Gomes.
Bluma Salomão	24/08/2025	Branca	70617167-43	Bluma Salomão
Brenda Fischer Sarcinelli Pacheco	24/11/1981	Branca		
Camila da Motta Moreira Estanislau	26/10/1984	Branca	098135337-60	Camila M. E. Moreira
Carla Strachmann	18/06/2025	Branca		
Cecillya Machado	10/05/2002	Preta	143347487-45	Cecillya Machado.
Cláudia de Moura Pinheiro	17/10/1967	Branca	099 9027 962 53	Cláudia de Moura Pinheiro
Claudia Fernandes	04/09/1968	Parda	00904427765	Claudia Kelly Moura Fernandes
Claudia Gaspar Doin Silva	03/03/1965	Branca	228227 41224	Claudia G. Doin Silva

			CPF	ASSINATURA
CLAUDIA VEIGELITA DE MATTOS	23/03/1964	Branca	285.760.887-25	<i>[Signature]</i>
Concepcion Gandara Pazo	26/08/2025	Branca	86094203204	<i>[Signature]</i>
Cristiane da Gama Dália Granito	31/08/1977	Branca	081.451.181-21	<i>[Signature]</i>
Cristina Correa Peres	28/05/1975	Branca	081.451.181-21	<i>[Signature]</i>
Dalana	22/09/1999	Branca	141.520.812-63	<i>[Signature]</i>
Dalva Brust	08/04/1957	Branca		
Dolores Daniela Affonso	09/05/1976	Branca		
Duan Petra Moraes Barroso	25/03/1993	Branca		
Edilene Gorete Torres laett	18/08/1964	Branca		
Eliane Alves Grangeiro Vale	14/06/1978	Branca	044653229-01	<i>[Signature]</i>
Eliane Batista Macedo	28/11/1964	Parda		
ELIANE SANTOS	02/09/1964	Preta	933.258917-72	<i>[Signature]</i>

			CPF	ASSINATURA
Elis Gralato Guerra	07/07/2009	Branca	148.238.327-60	<i>[Signature]</i>
Elizabete de Souza Siqueira	08/10/2025	Branca	295.932.837-68	<i>[Signature]</i>
Érika Bastos de Lima	01/09/1993	Preta		
Fernanda Ferreira de Oliveira Souza	03/03/1994	Branca	125.816.067-62	<i>[Signature]</i>
Fernanda Oliveira	27/04/1978	Branca	041991849-33	<i>[Signature]</i>
Flavia Barroso Lopes	24/07/1974	Branca		
Françoise Silva de Souza	23/03/1985	Preta		
Gabriela	04/11/1984	Preta		
Giselty da Silva do Nascimento	08/12/1988	Preta	131.761.367-85	<i>[Signature]</i>
Gonçala Ribeiro	25/09/1977	Branca		

Nome	Data de Nascimento	Cor/Raça	CPF	ASSINATURA
Háilla Balman Cereja	24/09/1975	Branca		
Helen	07/02/1984	Branca		
Helena Lúcia Santos da Conceição da Silva	21/02/1965	Preta		
Ilma Santos	13/06/1959	Preta	516.299.707-91	Ilma Santos
Isabella dos Santos Stutz	21/10/1983	Branca	057480 687-77	Isabella Stutz
Isis campos da Silva	23/09/1990	Branca		
Janaina Gralato Batista	06/02/1977	Branca	079.249.987-56	Janaina Gralato Batista
Júlia Anne Braz de Oliveira	08/07/1992	Parda		
Julia Galvão Lima	21/05/2009	Parda	617943253-90	Julia Galvão Lima
Juliana Abicalil Couto	28/06/1983	Branca	102.516.797-05	Juliana Abicalil Couto
Katya Alezandra Guimaraes de Souza Lisboa	10/08/1968	Branca		

			CPF	Assinatura
Kettellenn	04/07/1996	Preta		
Larissa Dahmer Pereira	09/02/1977	Branca	093053077-64	Larissa Dahmer Pereira
Larissa Fagundes de Almeida	22/11/1997	Branca	12562655788	Larissa F. de Almeida
Laura Mury	19/05/1947	Branca	070376917-49	Laura Mury
Letícia Maria de Lima Silva	19/02/1999	Parda		
Lívia Ferro Teixeira	17/01/2008	Branca	063.979.517-03	Lívia Ferro Teixeira
Luana Silva Sevilha	10/06/1994	Preta		
Luciana da Silva Cardoso	12/07/1982	Preta		
Luele	06/12/2005	Branca		
Luzia Falcão	10/10/2022	Branca	982.616.657-04	Luzia Falcão
Magali Siqueira Matos Santos Pereira	24/05/2007	Parda	18986103710	Magali Siqueira Matos Santos Pereira
Maíara Felício da Silva	07/05/1994	Preta	Maíara Felício da Silva	360.279.327-56
Manoela Villa Verde	11/07/1978	Branca	073.260.227-04	Manoela Villa Verde

Marcella Maulaz Matos	15/09/1997	Branca		
Marcia Regina da Silva Lourenço	26/01/1972	Branca	052.305.461-09	Marcia R.S. Lourenço
Maria Carolina de Oliveira Santos	30/06/1985	Branca	113.373.587-89	M. C. O.
Maria Cristina Gabriel	06/09/1964	Branca	973.306.557-91	M. C. Gabriel
Maria Cristina Strausz	12/06/1961	Branca	278.905.372-20	M. C. Strausz
Maria Helena Hoelze	14/02/1964	Branca		
Maria Solange schuab Juliat	06/11/1971	Branca	029.620.057-30	Maria Solange S. Juliat
Marília Formiga Teixeira dos Santos	06/02/1973	Branca	029.642.422-30	Marília Formiga T. Santos
Marty Rodrigues Franco	31/05/2025	Branca		
Mateus Motta Pereira	28/04/2009	Parda	155.216.747-05	Mateus Motta Pereira
Michele Regina da Silva	19/04/1984	Branca		
Michely Felício da	15/06/1992	Preta	155.512.657-20	Michely Felício da Silva

Silva				
Moema martins	31/01/1981	Branca		
Natacha Miranda Correa	09/06/2025	Branca		
Natália Knupp Ferreira de Oliveira	12/04/2007	Parda	136.130.487-10	Natália Knupp F. de Oliveira
Nubimar Huber Batista Tinoco	29/01/1969	Parda	010.367.337-72	Nubimar Huber Batista Tinoco
Patrícia Arentz	04/03/1993	Parda		
Patrícia Pedro Silva	20/10/1979	Parda	078.332.407-37	Patrícia P. Silva
Paula Cividanis da Silva Franco	26/01/1991	Branca		
Priscila Nepomuceno martins	04/05/1984	Parda		

Nome	Data de Nascimento	Cor/Raça	CPF	ASSINATURA
Raissa Dansa Petretski	09/09/1989	Branca		
renata ker	16/02/1977	Branca		
Renata Mattos Rocha	18/06/1986	Parda		
Rita de Cássia Rarnatho	26/05/1962	Branca	975.353.467-15	<i>Rita de Cássia</i>
Rosa de Souza	05/02/1970	Parda		
ROSÂNGELA CATERINA CASSANO	06/07/1977	Branca	874.965.837-53	<i>Rosângela</i>
Rosângela da Cunha Eggdorne Carriço	04/06/1984	Branca	*116-853-351-16	<i>Rosângela da Cunha Eggdorne Carriço</i>
Rosilene Klein Barradas	16/11/1976	Branca	078.396.787-00	<i>Rosilene Klein Barradas</i>
Rossana de Souza Bragança	30/05/1991	Branca		
Rowena Catalano Maciel	17/04/2010	Branca	152.652.377-16	<i>Rowena</i>

SALOMÃO BERNSTEIN	18/06/2025	Branca	061634597-68	<i>Salomão</i>
Sebastiana Ventura da Silva Gomes	20/01/1966	Preta		
Sophia Bini	04/05/2007	Branca		
Thalita Rosa Vieira	19/06/1984	Branca		
Thuanny Maia Cabral	04/07/1990	Branca		
Tuany Souza Machado Mello	01/09/1986	Branca		
Ursula Andrea	06/03/1980	Branca		
Valeria Pinheiro Rito Leal	18/08/1986	Parda	11400443709	<i>Valeria P. Rito Leal</i>
Vanise Carvalho de Oliveira Fróes	20/07/1979	Parda		
Vivian Alves de Assis	15/10/1981	Branca		
Wanessa Campos Oliveira	05/07/1990	Preta		

DENIZE SPITZ - CPF- 026.336.427-67- *Denizete Spitz*
Ticiane Cristina de Souza Torres. 104.293.767-23 *T. Torres*

NOME	COR/RAÇA	DATA DE NASCIMENTO	CPF	ASSINATURA
Jessica Gomes	Preta			
Leonor Pelliccione Bianchi	Parda			
Márcia Quintaes Fasura	Branca			
Marisa C G Rocha	Parda			
Maria Carolina Araújo	Branca			
Ouverney Spitz				
Silvia maria de Jesus furtado	Parda	08/03/1992	48098124-20	Suelei Furtado
Marinete Silvestre Lagoa	Parda			
Caroline alves maia	Branca			
Karina Magalhães	Preta	20/04/2002	06316467796	Karina Magalhães

Silviane Fernandes Branca 26/11/77 036.515.386.99
SILVIA POETA Sindicalista dos Vigilantes
28 12 - 68

Luisa Dahmer Pereira de Arango, Branca, 28.5.2005 . 166 848 467-60
Virion Almeida dos Santos, Branca, 15/10/1981, 056.33895711
Therese Batista Silva - Branca - 04/06/39 194892507/9

SALOMÃO BERNSTEIN - Branca - 24 5 1944

CPF 061634577-68

RICARDO DA GAMA NOVA COSTA - CPF 774.233.217-53
FABIANA KAIUCA - BRANCA - 06/09/85 - 113 877.137-60

Donat Ferreira Ferreira - B - 24/02/95 - 150 226 02717

Olivia Antunes da Silva 22/03/1995 - 370.678.937-50

Rayanne Soares - 162 057 397 - 32 - (21) 994869706

Mariamanna Modena - 153 521.657-58/ 22 998446011

Luana N. S. Martins B 042184241-56 1221997036991 23/03/1990

THIAGO GOMES DA COSTA SANTOS - 058.648.457.44 - Thiago Santos



SECRETARIA
DA MULHER

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS

DELEGADAS NATAS CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Titular: Viviane Heringer Tavares

Suplente: Kelly Cristiane Oliveira da Cunha

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Associação Comunitária de Fundadores da Rádio Comunidade Friburgo

Titular: Daniella Cesar Alvarez Medeiros

Suplente: Fátima Maria Marins Guerreiro

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Núcleo Nova Friburgo

Titular: Fátima Cristina Ayrola de Carvalho

Suplente: Marta Campos dos Santos

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Associação de Moradores do Bairro Rui Sanglard

Titular: Nicole D'Halvor Sollberg

Suplente: Érica Guimarães Ferreira

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos e Farmacêuticos para fins industriais, perfumaria, ótica e materiais plásticos e Indústria conexas ou similares de Nova Friburgo

Titular: Juliana da Silveira Figueira

Suplente: Andressa Melengate Diniz

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Sindicato dos Professores de Nova Friburgo e Região

Titular: Nathália Moger-Reis

Suplente: Flávia Ramos Rodrigues

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Nova Friburgo

Titular: Valéria Aparecida Féu

Suplente: Patrícia Blacheyre

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Associação de Moradores e Amigos de Lumiar

Titular: Sílvia Andréia Klein Faltz

Suplente: Janiele Costa

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Federação Brasileira de Umbanda e Condombié

Titular: Fernanda de Lima

Suplente: Larissa de Oliveira Luppi

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas
Públicas para Juventude

Titular: Paula Bairral Olmi Freire

Suplente: Ana Paula Flauzino Dutra de Oliveira Menezes

Assinatura: Paula Bairral Olmi

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Titular: Angela da Cruz de Carvalho

Suplente: Thays Canto Ribeiro

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Titular: Andreza Amorim dos Santos

Suplente: Luciane dos Santos Ferreira

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Márcia Leal Gonçalves Daflon

Suplente: Aline Butty Louback Tafuri

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Romina Francisca Carvalho Santos

Suplente: Carmo Jasmim Lima Boher Aguiar

Assinatura: Romina Francisca Carvalho Santos

Assinatura: Carmo Jasmim Lima Boher Aguiar

Secretaria Municipal de Cultura

Titular: Paulo Frederico dos Santos Bandeira

Suplente: Ana Paula Rezende Lengruher

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável

Titular: Ticianni Ferreira Latini

Suplente: Sabrina Guedes Souza

Assinatura: _____

Assinatura: _____

DELEGADAS NATAS SECRETARIA DA MULHER

1. Vanderleia Abraço essa ideia

Assinatura: Vanderleia

2. Mônica Janaina dos Passos

Assinatura: Mônica

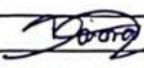
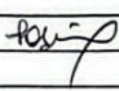
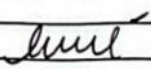
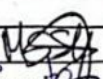
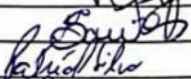
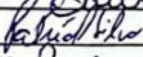
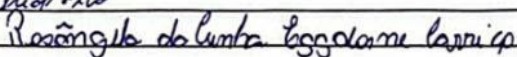
3. Sueli Scotelaro

Assinatura: Sueli

4. Andressa Brauer

Assinatura: Andressa B. Brauer C.

ANEXO 6: LISTA DE PRESENÇA POR EIXO

Eixo 01: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres	
NOME	ASSINATURA
Ana Clara Moura Emmerick	
Ângela Aparecida Campos Leal	
Claudia Fernandes	
Cristiane da Gama Dallia Granito	
Daiana	
Dalva Brust	
Edilene Gorete Torres laett	
Eliane Batista Macedo	
Fernanda Ferreira de Oliveira Souza	
Fernanda Oliveira	
Gabriela	
Katya Alezandra Guimaraes de Souza Lisboa	
Letícia Maria de Lima Silva	
Luzia Falcão	
Maria Cristina Strausz	
Maria Solange schuab Juliat	
Marília Formiga Teixeira dos Santos	
Patrícia Pedro Silva	
Rosângela da Cunha Eggdorne Carriço	
Rossana de Souza Bragança	
Thuanny Maia Cabral	
Wanessa Campos Oliveira	

Eixo 02: Educação inclusiva, igualitária e democrática

NOME	ASSINATURA
Adonia Antunes Prado	
Beatriz Maria Teixeira Guerra	
Bianca do Almo Gomes	<i>[Handwritten signature]</i>
Bluma Salomão	<i>Bluma Salomão</i>
Claudia Gaspar Doin Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
Claudia Gaspar Doin Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
Cristina Correa Peres	<i>[Handwritten signature]</i>
Eliane Alves Grangeiro Vale	<i>[Handwritten signature]</i>
ELIANE SANTOS	<i>[Handwritten signature]</i>
Érika Bastos de Lima	
Flavia Barroso Lopes	
Françoise Silva de Souza	
Isabella dos Santos Stutz	<i>[Handwritten signature]</i>
Júlia Anne Braz de Oliveira	<i>[Handwritten signature]</i>
Julia Galvão Lima	
Mateus Motta Pereira	<i>[Handwritten signature]</i>
Natália Knupp Ferreira de Oliveira	<i>[Handwritten signature]</i>
Raissa Dansa Petretski	
SALOMÃO BERNSTEIN	
Sophia Bini	
Valeria Pinheiro Rito Leal	<i>[Handwritten signature]</i>
Vanise Carvalho de Oliveira Fróes	
Therézinha Batista Lili: Trede Mulher	<i>[Handwritten signature]</i>
Artur Gabriel	<i>[Handwritten signature]</i>

Eixo 03: Saúde integral das mulheres e garantia dos direitos.

NOME	ASSINATURA
Alessandra de Oliveira Souza Andrade	
Ana Clara Alves Leite	
Andreia dos Santos Carvalho Barboza	
Anna de Jesus Veiga	<i>Anna de Jesus Veiga</i>
Camila da Motta Moreira Estanislau	<i>Camila da Motta Moreira Estanislau</i>
CLAUDIA VEIGELITA DE MATTOS	<i>Claudia Veigelita de Mattos</i>
Gonçala Ribeiro	
Helen	
Isis campos da Silva	
Magali Siqueira Matos Santos Pereira	<i>Magali Siqueira Matos Santos Pereira</i>
Manoela Villa Verde	
Marcella Maulaz Matos	
Marcia Regina da Silva Lourenço	
Maria Carolina de Oliveira Santos	
Maria Cristina Gabriel	
Natacha Miranda Correa	
Paula Cividanis da Silva Franco	
Renata Mattos Rocha	
Rita de Cássia Ramalho	
Rosa de Souza	
Thalita Rosa Vieira	
Tuany Souza Machado Mello	

Salomão BernsTein

Daniel Souza Ferreira

Glória Santos

Eliane Santos

Salomão BernsTein

Eixo 04: Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres

NOME	ASSINATURA
Amanda Gonçalves do Nascimento	<i>Amanda G. do Nascimento</i>
Ana Cláudia Decaro Santos Pimenta	
Ana Olívia Lemos Verly Waldhelm	
Andréa Duque Estrada	
Brenda Fischer Sarcinelli Pacheco	
Cláudia de Moura Pinheiro	
Concepcion Gandara Pazo	<i>CP</i>
Háilla Balman Cereja	
Janaina Gralato Batista	<i>JGB</i>
Juliana Abicalil Couto	
Larissa Dahmer Pereira	<i>LD</i>
Laura Mury	<i>LM</i>
Lívia Ferro Teixeira	<i>Lívia Ferro Teixeira</i>
Maria Helena Hoelse	
Michele Regina da Silva	
Nubimar Huber Batista Tinoco	<i>NHT</i>
Priscila Nepomuceno martins	
renata ker	
ROSÂNGELA CATERINA CASSANO	<i>Rosângela Caterina Cassano</i>
Sebastiana Ventura da Silva Gomes	
Ursula Andrea	<i>UA</i>
Vivian Alves de Assis	

Rayanne Louren da Silva

Sophia Isabelle de Mello Bini o.s.

Christiane da G. Vallis Granito

Maria Carolina Oliveira

Paula Baixeal Olmi - CREM

Julia Galvão Lima

**Eixo 05: Respeito à diversidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação:
Racismo, Capacitismo, Violências de Gênero, Classe e outras.**

NOME	ASSINATURA
Carla Strachmann	
Cecillya Machado	<i>Cecillya Machado</i>
Dolores Daniela Affonso	
Duan Petra Moraes Barroso	
Elis Gralato Guerra	<i>Elis Gralato Guerra</i>
Elizabete de Souza Siqueira	<i>Elizabete de Souza Siqueira</i>
Giselly da Silva do Nascimento	
Helena Lúcia Santos da Conceição da Silva	
Ilma Santos	
Kettellenn.	
Larissa Fagundes de Almeida	
Luana Silva Sevilha	
Luciana da Silva Cardoso	
Luele	
Maíara Felício da Silva	
Marly Rodrigues Franco	
Michely Felício da Silva	<i>Michely Felício da Silva</i>
Moema martins	
Patrícia Arentz	
Rosilene Klein Barradas	<i>Rosilene Klein Barradas</i>
Rowena Catalano Maciel	<i>Rowena Catalano Maciel</i>

SILVIA POETA Sindicato dos Vigilantes
Karina Magalhães Coelho.
Silvia Furtado